

Acção Socialista



N.º 1323 11 Março 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

CONGRESSO DE ESPINHO



Determinados a vencer as eleições de 2009

3 a 14

ENTREVISTAS

Joana Lima
candidata à Câmara
**“A força da
mudança vai
envolver
a Trofa”**



17

Teresa Almeida
candidata à Câmara
**“Quero ajudar
Setúbal a
voltar a ter o
protagonismo e
o progresso que
merece”**



19

Helena Terra, candidata
à Câmara de Oliveira
de Azeméis
**“Temos uma
estratégia de
desenvolvimento
sustentado para o
concelho”**



21

Elisa Ferreira
candidata à Câmara
**“Um Porto
forte por
dentro e
virado para
fora”**



23

Colaboram nesta edição:
Luís Pita Ameixa
Alberto Martins
Capoulas Santos
Agostinho Gonçalves
Alberto Antunes
Miguel Ginestal
Vitor Ramalho
Manuela Augusto
Carlos Zorrinho

ANEXO FICHA DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

A actualização dos seus dados
é fundamental para que o pos-
samos manter informado de
toda a actividade partidária.

Contamos consigo.
Participe.

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

A lei ao estabelecer a composição da Assembleia destas freguesias grandes caprichou pela confusão. O que dará alguma razão a quem alega que, por vezes, se legisla defeituosamente

AUTÁRQUICAS 2009 A CHARADA DAS FREGUESIAS GRANDES

NO ÚLTIMO “Acção Socialista” explicámos a constituição das listas das candidaturas eleitorais autárquicas, quanto aos membros efectivos, chamando a atenção para o seu carácter variável.

Mas há aí um ponto que carece de aprofundamento, que não foi possível fazer então. Trata-se da composição das assembleias das freguesias grandes.

Como se sabe existem 4260 freguesias e, destas, 44 tinham mais de 20 mil eleitores, nas últimas eleições autárquicas, em 9 de Outubro de 2005.

Trata-se, pois, de um pequeno número, equivalente a um por cento do total de freguesias.

Havendo em Portugal, ao contrário da generalidade dos países, uma dupla matriz de circunscrições infra-regionais (municípios e freguesias) é natural, próprio e adequado que as freguesias devam ter uma dimensão reduzida. Até porque não se devem confundir com os municípios, nem em tamanho, nem em poder, nem em funções.

Mais de metade (55 por cento) das freguesias têm menos de mil eleitores.

Aquelas 44 freguesias grandes são especificidades recentes, nascidas de grandes aglomerações populacionais e de um urbanismo concentracionário, decorrente de uma duvidosa política de ordenamento do território... ou da falta dela!

Ora, a lei ao estabelecer a composição da Assembleia destas freguesias grandes caprichou pela confusão. O que dará alguma razão a quem alega que, por vezes, se legisla defeituosamente.

A boa lei é a que é clara e inequívoca para o intérprete e aplicador dela, o que, manifestamente, não é o nosso caso, como vamos ver.

Reza assim:

1 - A assembleia de freguesia é composta por 19 membros quando o número de eleitores for superior a 20 mil, por 13 membros quando for igual ou inferior a 20 mil e superior a 5000, por nove membros quando for igual ou inferior a 5000 e superior a 1000 e por 7 membros quando for igual ou inferior a 1000.

2 - Nas freguesias com mais de 30 mil eleitores, o número de membros atrás referido é aumentado de mais um por cada 10 mil eleitores para além daquele número.

3 - Quando, por aplicação da regra anterior, o resultado for par, o número de membros obtido é aumentado de mais um.

É evidente que não seria muito difícil expor melhor a vontade do legislador!

Ora, onde a lei refere as freguesias com mais de 30 mil eleitores, a interpretação oficial tem aplicado mais de 40 mil.

Assim, todas as assembleias de freguesias entre os 20 mil e um e os 40 mil eleitores (o que vai de metade para o dobro!) têm sido compostas por 19 membros. E só as freguesias com mais de 40 mil e um eleitores têm Assembleias com 21 membros (estas Freguesias são apenas cinco).

Mas, Mas há Rio Tinto (Gondomar). Aí, com 38.585 eleitores (nas autárquicas de 2005) o número de membros atribuído à Assembleia de Freguesia foi de 21.

Certamente foi isso que o Tribunal, as candidaturas e a Assembleia de Apuramento, alcançaram, face à interpretação que fizeram da lei.

Com certeza entenderam que se o objectivo da lei fosse que as assembleias de freguesia só tivessem mais de 19 membros acima dos 40 mil eleitores teria disto isso mesmo, e não que era acima dos 30 mil. E que “...para além daquele número.”, se refere àquele número de 20 mil e não aos 30 mil.

Na publicação oficial dos resultados eleitorais a Comissão Nacional de Eleições assinala que, a esta Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, foi atribuído um número de mandatos superior ao legal.

Será assim? Quem vai com o passo trocado? O meu militar ou todo o pelotão?

Ora aqui está um bom desafio, de uma charada legal, para os nossos eventuais leitores se entreterem a dilucidar.

PS forte e unido elege Comissão Política e Secretariado

J. C. CASTELO BRANCO

A COMISSÃO Nacional do PS, reunida pela primeira vez após o XVI Congresso Nacional, elegeu a Comissão Política e o Secretariado Nacional, por voto electrónico, o que constitui uma novidade. No âmbito da distribuição de pelouros no Secretariado Nacional, destaca-se o facto de Vieira da Silva ficar responsável pela Organização, cabendo-lhe coordenar todo o processo dos diferentes actos eleitorais deste ano.

Na sua intervenção perante a Comissão Nacional, José Sócrates referiu que as recentes sondagens, cuja média apresenta uma vantagem de dez pontos percentuais do PS sobre o PSD, “devem dar confiança e serenidade” ao nosso partido para enfrentar o ciclo eleitoral que temos pela frente.

O PS, acrescentou, saiu do Congresso de Espinho com uma imagem de um partido “consciente da sua força como referencial de estabilidade” na vida política nacional. Ou seja, frisou, “a imagem de um partido forte, moderno e unido, para grande desespero dos nossos opositores”, acrescentando que “a direita detestou a ideia do PS unido”, já que “o PSD continua mergulhado nas suas disputas internas”.

Ao contrário, referiu o secretário-geral, “o PS sabe construir a sua unidade na diversidade”, e o último Congresso “foi o momento certo para o nosso partido mostrar a sua unidade”.

Essa unidade ficou patente na lista única para a Comissão Política, a qual integra sete camaradas oriundos da lista da Comissão Nacional eleitos pela moção “Mudar para Mudar”, apresentada por Fonseca Ferreira.



Tal facto levou Vitalino Canas a rejeitar a tese do unanimismo no PS, sublinhando que para a Comissão Nacional do partido concorreram duas listas alternativas, de José Sócrates e de Fonseca Ferreira, e que, entre essas duas correntes, houve agora entendimento na apresentação de uma única lista para a Comissão Política.

“O PS termina este ciclo interno de reflexão, programação e debate mais forte do que iniciou. Sabemos que nestes quatro últimos anos, com o PS no Governo, nunca existiram facilidades, continuamos a não ter vida fácil, mas isso preparou-nos para a luta contra a crise internacional e para continuarmos a fazer valer as nossas propostas”, afirmou o porta-voz socialista.

Segundo sublinhou Vitalino Canas, o PS sai deste ciclo de eleições internas “mais forte, mais unido, com capacidade para liderar as mudanças e as reformas em Portugal, assumindo-se como um referencial de estabilidade”, acrescentando que “no PS existe às vezes confrontação política, mas nos

objectivos essenciais o partido está unido”.

Sobre a nomeação de Vieira da Silva para secretário nacional do PS para a Organização, Vitalino Canas recusou a ideia de o ministro do Trabalho e da Solidariedade ter pouca disponibilidade para estas funções, lembrando a sua experiência no lugar durante a liderança de Ferro Rodrigues e realçou a “grande capacidade de trabalho, profundo conhecimento do PS, grande sensatez e equilíbrio” do actual titular da pasta do Trabalho.

A Comissão Política, de 61 efectivos, foi eleita com 218 votos a favor e sete brancos, o Secretariado recolheu 220 votos a favor e cinco brancos e a Mesa da Comissão Nacional foi eleita com 218 votos a favor e sete brancos.

Nos órgãos da imprensa oficial do PS, Jorge Seguro Sanches foi reconduzido no cargo de director do “Acção Socialista”, com 220 votos a favor e cinco brancos, enquanto José Augusto Carvalho foi reeleito director da revista “Portugal Socialista”, com 218 votos a favor e cinco brancos.

Comissão Política Nacional

Membros efectivos

Jaime Gama
António Vitorino
Maria Carrilho
Alberto Costa
Francisco Assis
Maria de Belém Roseira
Capoulas Santos
António Fonseca Ferreira
Maria da Luz Rosinha
Jorge Lação
Sérgio Sousa Pinto
Susana Amador
José Vera Jardim
João Soares
Maria Amélia Antunes
Correia de Campos
Rui Namorado
Maria Helena André
António Braga
Eduardo Cabrita
Maria do Carmo Sequeira
Carlos Zorrinho
António José Seguro
Leonor Coutinho
Joaquim Raposo
Renato Sampaio
Salomé Rafael
Oswaldo Castro
Mota Andrade
Alzira Serrasqueiro
José Junqueira
Laurentino Dias
Maria Antónia
Almeida Santos
Edmundo Pedro
Mesquita Machado
Celeste Correia
José Apolinário

Joaquim Morão
Custódia Fernandes
Rui Vieira
Manuel Pizarro
Isabel Oneto
André Bradford
Artur Cortez
Teresa Almeida
José Lamego
Afonso Candal
Jamilia Madeira
Victor Baptista
Mário de Almeida
Ana Catarina Mendes
Paulo Pedroso
António Magalhães
Manuela Neto
José Mota
Miguel Coelho
Sónia Fertuzinhos
Castro Fernandes
Joaquim Valente
Rosalina Martins
Luís Ameixa
Filipe Baptista
Isilda Gomes
João Paulo Pedrosa
Agostinho Soares

Membros suplentes:

Orlando Gaspar
Marques Junior
Rosa Albernaz
Pedro Marques
Strecht Ribeiro
Marta Rebelo
Fernando Medina
António Galamba
Eurídice Pereira
Pio de Abreu
João Tiago Silveira
Rita Miguel

Rui Pedro Soares
Joel Hasse Ferreira
Ângela Pinto Correia
Pedro Nuno Santos
Fernando Rocha Andrade
Marta Barbosa
Guilherme Pinto
José Miguel Medeiros
Fernanda Ramos
Carlos Teixeira
João Azevedo
Carla Tavares
Manuel dos Santos
João Vasconcelos
Lurdes Ruivo
Paulo Caldas
Alexandre Rosa
Jesuína Ribeiro
Armando França
Delmiro Carreira
Maria João Botelho
José Luís Carneiro
Fidélido Guerreiro
Helena Terra
Francisco Leal
Dalila Araújo
Miguel Ginestal
António Gameiro
Aldemira Pinho
José M. Carpinteira
Altamiro Claro
Hortense Martins
Claudio Rebelo
Mariana Geraldês
Cláudia Sofia H. Ferreira
Victor Hugo Sequeira
Nelson Geadá
Paula de Deus
Orlando Fernandes
Correia da Luz
Maria José Baptista
Jorge Gomes

Menezes Rodrigues
Romana Romão
Carlos Trindade
Filipe Neto Brandão
Lurdes Castanheira
Filipe Costa
Cristina Garcia
Hélder Silva
Andreia Cardoso
Maria Fernanda Tavares
Manuel Mota
Ana Couto
Palmira Maciel
Hugo Nunes
Ana Elisa Costa Santos
Ricardo Gonçalves
Odete João
Rui Sousa Santos
João Mota
Paula Barros
José Alberto Alves
Nuno Silva
Catarina Marcelino
Luís Vaz
Fernando Calix
Anabela Freitas
Manuel Mendes
Mário Mourão
Isabel Raminhas
Vassalo de Abreu
Raúl Silva

Órgãos da Imprensa Oficial

Director da “Acção Socialista”
Jorge Seguro Sanches
Director da “Portugal Socialista”
José Augusto Carvalho

Mesa da Comissão Nacional

Presidente
Almeida Santos
Vice-presidente
Joaquim Barreto
Vice-presidente
Maria Amélia Antunes
Secretários
António Borges
Maria do Carmo Sequeira
José Miguel Medeiros
Ângela Pinto Correia
Secretariado Nacional
Ana Paula Vitorino
António Costa
Augusto Santos Silva
Carlos Lage
Edite Estrela
Idália Moniz
José Lello
Luís Amado
Marcos Perestrello
Pedro Silva Pereira
Vieira da Silva
Secretários nacionais adjuntos
André Figueiredo
Ascenso Simões
Fernando Serrasqueiro
Miranda Calha
Vitalino Canas



Almeida Santos defende novo equilíbrio entre liberdade e igualdade

NA SEQUÊNCIA de uma nova reeleição à presidência de todos os socialistas, o camarada Almeida Santos abriu oficialmente os trabalhos do XVI Congresso, em Espinho, reconhecendo que não sabe dizer não ao PS.

“Ao longo da minha vida aprendi muita coisa, só não aprendi a dizer não ao PS”, afirmou no tom bem-humorado a que nos habitou.

Na primeira intervenção, após a apresentação da Comissão de Verificação dos Poderes, da Mesa do Congresso e da Comissão de Honra, Almeida Santos endereçou palavras de apoio e simpatia ao secretário-geral José Sócrates, do qual disse admirar a coragem e a determinação na entrega à causa pública.

Após lembrar que o Executivo liderado pelo camarada Sócrates recebeu da direita “um país doente”, Almeida Santos elogiou o carácter reformista da governação socialista.

Ao abordar a temática da crise financeira internacional, o presidente do partido declarou que é em momentos como o que se vive actualmente que “o povo precisa de confiar nos seus dirigentes”.

E criticou aqueles que, na oposição, se dedicam às “lamúrias costumeiras”, sem apresentar, face às dificuldades, qualquer proposta.

Centrou depois a sua intervenção na crítica aos excessos de igualdade, de liberdade e de autoridade, alertando para que eles são “aniquiladores”, apontando para a necessidade de se fazer uma nova síntese na qual se encontre um equilíbrio estável na relação entre a liberdade e a igualdade.

“Esse é o caminho urgente e necessário para sairmos do monumental imbróglio com que hoje o mundo se defronta”, disse, sublinhando que “a crise é fruto de desequilíbrios”.

A finalizar a sua intervenção, o camarada Almeida Santos aproveitou a oportunidade para enfatizar que “num mundo convulso são cada vez mais necessários os líderes com espírito realista, moderno, corajoso”.

“Portugal e o PS têm-no em José Sócrates”, concluiu.

PS é farol da confiança

As medidas e as políticas governativas devem ser bem explicadas

aos cidadãos para que estes “não abandonem o farol da confiança”. Esta foi uma ideia central no discurso de boas-vindas aos delegados do presidente da Câmara de Espinho, José Mota, na sessão de abertura do XVI Congresso Nacional do PS.

Após apontar para os visíveis progressos que, a nível local, a “força da mudança socialista” realizou no concelho de Espinho, o camarada José Mota disse que a nível da acção executiva, “estes quatro anos têm sido francamente positivos”.

“Desde cedo que José Sócrates deu provas de ter, não só um projecto de governação consistente, mas também e sobretudo determinação e coragem para fazer avançar uma onda reformista que alastrou pelo país”, frisou.

Depois, lembrou que face à crise energética e financeira, o Governo do PS tudo fez e tem feito para reduzir os impactos negativos”.

E criticou o principal partido da oposição por ter optado pelo papel de “arauto da desgraça”, seguindo uma política improdutiva “de terra queimada”. M.R.

OPINIÃO



ALBERTO MARTINS
Presidente do Grupo
Parlamentar do Partido
Socialista

O XVI Congresso deixou claro que as nossas opções de resposta à crise são consistentes, oportunas e justas, ao estabilizar o sistema financeiro e promover o acesso ao crédito por parte das empresas e famílias, ao apoiar activamente as empresas e o emprego, ao reforçar o investimento público, e ao apoiar as famílias e reforçar a protecção social

UMA NOVA FRONTEIRA DE PROGRESSO E DE IGUALDADE SOCIAL

NINGUÉM desconhece que vivemos hoje sob o signo da crise. Mas tal não pode fazer esquecer o histórico de uma governação reformista e solidária, que lançou uma nova geração de políticas sociais e conquistou para os portugueses novos direitos sociais. O XVI Congresso mostrou sobretudo que os socialistas defendem a liberdade igual e combatem as desigualdades.

Ao longo da Legislatura, criámos novos direitos, ampliámos liberdades e reforçámos as garantias. Aprofundámos os direitos fundamentais com as leis da Paridade, Nacionalidade e Imigração, com o fim do divórcio litigioso – e, a curto prazo, eliminando desigualdades e injustiças no quadro das uniões de facto. Reforçámos os direitos sociais com a IVG, o CSI, o subsídio de desemprego e os funcionários públicos ou a procriação medicamente assistida. O risco de pobreza e as desigualdades atenuaram-se, num caminho que tem que continuar a ser percorrido. Fomos também o partido da radicalidade democrática, na reforma do Parlamento, na limitação de mandatos dos eleitos locais, no acompanhamento do processo de construção europeia ou no Estatuto Regional dos Açores.

O XVI Congresso deixou claro que as nossas opções de resposta à crise são consistentes, oportunas e justas, ao estabilizar o sistema financeiro e promover o acesso ao crédito por parte das empresas e famílias, ao apoiar activamente as empresas e o emprego, ao reforçar o investimento público, e ao apoiar as famílias e reforçar a protecção social.

O Partido Socialista discutiu em Espinho as grandes linhas de orientação programática com que se apresentará às eleições legislativas. Destaco o combate contra as desigualdades sociais, efectivando a igualdade de oportunidades: bolsas de estudo para alunos entre os 15 e os 18 anos de famílias necessitadas com aproveitamento escolar; 12 anos de escolaridade obrigatória; universalidade, gratuidade e obrigatoriedade de frequência do pré-escolar; efectiva redistribuição e progressividade fiscal, limitando as deduções dos titulares de rendimentos elevados de forma a beneficiar os de rendimentos médios; e remoção das barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Todas estas propostas concretizam uma nova fronteira de progresso e de igualdade social.

O PS mostrou ainda que é o partido da construção europeia e do modelo social europeu. Há que refundar o equilíbrio entre mercado e Estado, voltando a desenhar as instituições e as práticas de regulação. Reforçando a sustentação do Estado Social. E atendendo sempre à necessidade justa de coesão social, nacional e regional. Reconhecemos o primado do político sobre o económico, mas não trocamos o fundamentalismo do mercado pelo fundamentalismo do Estado. Queremos um Estado Social forte, regulador, estrategico e supervisor.

A crise mostrou que precisamos de mais Europa e de mais esquerda na Europa. Uma coisa é certa. Esta crise não será resolvida recorrendo aos princípios, práticas e políticas que a provocaram. São precisas soluções fortes de esquerda para voltar a regular com eficácia os mercados, para inverter a espiral de cupidiz dos lucros a curto prazo, inocular a patologia das remunerações predatórias e travar a vertigem especulativa e os “paraísos fiscais”, religando os fluxos financeiros com as necessidades económicas e protegendo os mercados e instituições face ao estéril jogo da “roleta”. A defesa intransigente do interesse público sobrepor-se-á aos interesses parcelares e iníquos na emergência de um modelo de desenvolvimento sustentável, ecologicamente equilibrado, com um Estado Social revigorado.

O Partido Socialista afirma-se enquanto esquerda democrática, progressista, moderna e responsável. Defensora intransigente do Estado Social, partidária da economia de mercado e defensora do papel estratégico e regulador do Estado democrático, mas adversária do proteccionismo e do colectivismo. Somos a esquerda que quer governar, para transformar a vida com um sentido de liberdade, de solidariedade e de justiça.

Sócrates na abertura dos trabalhos

PS tem um projecto e um rumo para o país

Responsabilidade política, nacional e moral foram as razões invocadas por José Sócrates para afirmar a sua recandidatura a primeiro-ministro, referindo que “o dever primeiro” do PS é “apresentar aos portugueses um projecto, um rumo e uma liderança para a governação do país. No discurso de abertura do Congresso de Espinho, sublinhou que ao longo destes quatro anos “tudo fizemos para honrar a confiança” dos eleitores, em que a agenda social esteve sempre, desde o início, no centro das prioridades deste Governo.

J. C. CASTELO BRANCO

AO ENUNCIAR as razões que o levaram a decidir candidatar-se de novo a secretário-geral e, consequentemente, a primeiro-ministro, para mais um mandato, Sócrates referiu, em primeiro lugar, a responsabilidade política. “Eu candidato-me, antes do mais, porque quero submeter-me, democraticamente, ao julgamento soberano dos portugueses sobre o trabalho do Governo e da maioria ao longo desta legislatura. E não viro a cara, nem temo esse julgamento”, disse.

Em segundo lugar, apontou a responsabilidade nacional, porque explicou estar consciente das “enormes responsabilidades” do

PS perante o país, neste momento, defendendo que “o dever primeiro” do nosso partido “é apresentar aos portugueses um projecto, um rumo e uma liderança para a governação do país”.

Ao contrário, “como é evidente para todos”, o líder socialista referiu que “a direita não está em condições de merecer a confiança dos portugueses”, já que “em quatro anos de sucessivas lideranças, todas falhadas, não foi capaz de apresentar uma única alternativa credível”.

E os “partidos de protesto” à esquerda do PS o que “têm para oferecer ao país é uma mão-cheia de nada e outra repleta de irresponsabilidade”, acusou.

A terceira razão referida por Só-

crates foi “uma questão de responsabilidade moral”, porque, sublinhou, sente que “há um combate decisivo a travar pela decência da nossa democracia e estou aqui também porque não podemos deixar que vençam aqueles que fazem política com as armas da calúnia, da difamação e dos ataques pessoais”.

É o povo que escolhe quem governa

Nesta linha, porque, acrescentou, “é preciso que fique bem claro que em democracia quem governa é quem o povo escolhe, não é nenhum director de jornal, não é nenhuma televisão, nem é nenhum cobarde que se entretinha a escrever cartas anónimas”.

Por outro lado, o secretário-geral considerou que nesta legislatura “o PS afirmou-se como a força da mudança” e “tudo fizemos para honrar a confiança dos portugueses”, sublinhando que “se há coisa que todos reconhecem é que o PS fez uma governação reformista”.

“Lançámos um decisivo movimento de reformas para a modernização do país” em várias áreas, disse, salientando que “foi nas qualificações que travámos o maior dos combates pela modernização

do país e pela igualdade de oportunidades em Portugal”.

Por isso, Sócrates fez questão de contestar a ideia “totalmente falsa” de que não foi dada atenção às questões sociais, referindo que “a agenda social esteve sempre no centro das prioridades” do executivo.

Como exemplos desta prioridade, o primeiro-ministro apontou o complemento solidário para idosos, a reforma da Segurança Social, o aumento dos abonos de família, os investimentos em equipamentos sociais, a subida do abono de família, a acção social escolar, o aumento das deduções em função do número de filhos, o combate à exclusão dos imigrantes e o aumento do salário mínimo nacional.

“Estas são marcas de uma governação solidária, que nunca se conformou com a pobreza nem com as desigualdades sociais”, disse.

Eliminação dos “off-shores” em todo o mundo

Sócrates referiu-se ainda à crise internacional e à estratégia do Governo para a combater. “Esta crise financeira é, sobretudo, e antes de mais nada, uma crise de regulação. É preciso uma regulação que entre

na sombra dos mercados e nos fluxos financeiros. Só assim de poder evitar que esta crise se repita”, considerou.

Neste contexto, Sócrates defendeu que a Europa tem um papel a desempenhar a favor de uma regulação mais forte dos mercados financeiros, reiterando que “precisamos de uma Europa que faça sua a iniciativa de propor, à escala global, a eliminação dos off-shores”.

Mas face a esta crise, o líder socialista reafirmou que emerge uma “prioridade imediata” que é “proteger o emprego e apoiar os que mais precisam”.

No horizonte da próxima legislatura, Sócrates prometeu bater-se pela escolaridade obrigatória de 12 anos em Portugal, assegurar “uma maior justiça fiscal”, designadamente, através da diminuição das deduções dos contribuintes com rendimentos mais elevados, em benefício a classe média e legalizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Face a tudo o que foi feito e à ausência de alternativas e credibilidade das oposições, o primeiro-ministro reafirmou que “o PS tem autoridade moral para pedir aos portugueses que lhe confiem de novo uma maioria absoluta”.



Sócrates promete bater-se pela qualidade da democracia



Após receber o apoio esmagador dos delegados presentes no XVI Congresso Nacional, José Sócrates deixou claro no seu discurso de encerramento que se baterá pela ética e pela qualidade da democracia portuguesa, garantindo que não desistirá de servir os interesses do país mesmo que alguns o tentem atirar para o terreno da calúnia.

Foi um Sócrates forte, confiante, orgulhoso na história do PS e da obra realizada pelos socialistas no Governo que voltou ao palanque da grande nave desportiva de Espinho no domingo, 1 de Março, para reafirmar uma visão para o país pautada pelos desígnios da igualdade, da democracia e da modernidade. Como novidades a inscrever no programa eleitoral, anunciou bolsas de estudo para alunos carenciados do secundário e cobertura total da rede do pré-escolar.

MARY RODRIGUES

O SECRETÁRIO-GERAL do PS foi especialmente aplaudido pelos congressistas quando se insurgiu contra as sucessivas campanhas negras que têm visado a sua dignidade e honra, afirmando que os socialistas nunca consentirão sem um “sobressalto cívico” que a democracia se transforme num terreno de “calúnias”.

Em nome da “qualidade da democracia” e de uma “ética democrática”, José Sócrates voltou a afirmar que “é preciso que fique claro que quem governa Portugal é quem o povo escolhe e não qualquer diretor de jornal com as suas campanhas”.

Lembrando que a reunião magna de um partido de Governo como é actualmente o PS “é um momento importante da vida nacional”, venceu que neles começa a “nossa legitimidade democrática”, criticando quem teima em não compreender isso por ter “uma visão pobre e redutora do que é a democracia”.

“Bem sei que há quem tenha perguntado se não seria melhor a democracia ficar suspensa por seis

meses para que se fizessem reformas. Para nós as reformas fazem-se em democracia e a democracia não conhece feriados nem tira férias”, afirmou, José Sócrates, que no início da sua intervenção fez uma saudação especial aos representantes da Juventude Socialista (JS).

“Temos orgulho na JS” porque “sabemos que ela sempre pôs a sua energia e a sua irreverência em defesa dos valores democráticos, das ideias mais generosas e das causas mais justas”, disse.

E acrescentou: “Uma coisa nunca aconteceria com a JS e é ser transformada em instrumento de disfarce para que outros possam, através dela, dizer aquilo que não têm coragem para assumir ou assinar”.

Trata-se, explicou de seguida, dos sintomas de uma oposição que pretende “esconder o seu vazio de ideias com recurso à política de episódios”.

“O que vemos na oposição é maldizer a mais e ideias a menos”, lamentou.

No discurso de encerramento, Sócrates voltou a sublinhar a importância do partido repetir a maioria

absoluta nas próximas eleições legislativas, em nome das condições de governabilidade do país em conjuntura de crise.

A maioria da estabilidade

No capítulo que dedicou às próximas eleições legislativas, frisou que o PS aceitará “com humildade democrática” o resultado do voto dos portugueses.

“Mas pedimos a renovação da maioria, não porque seja um fim em si mesma, mas porque a ela é condição para que o Governo tenha a força e a estabilidade necessárias para conduzir a recuperação da economia”, explicou, referindo-se de seguida à actual crise económica e financeira mundial.

“O ponto é este: o tempo nem está para aventuras nem a crise se vence com demagogia. A demagogia, o populismo, a irresponsabilidade e o oportunismo político só agravam os problemas”, alertou.

Após recordar que o PS é a única força política em Portugal “com responsabilidade e visão política”, definiu o que estará em jogo nas próximas eleições legislativas.

“É clara a escolha que será colocada aos portugueses. Eles dirão se querem que se prossiga um rumo reformista virado para o futuro e atento à coesão social, ou se preferem regressar às figuras do passado, que tiveram a sua oportunidade mas falharam rotundamente”, disse.

Também na perspectiva de Sócrates, os eleitores terão de responder nas legislativas “se querem dar condições de estabilidade e de governabilidade ao país”.

“Se o tempo não está nem para aventuras nem para demagogias, também não está para instabilidade. A última coisa que o país precisa é somar a uma crise económica uma crise política. É acrescentar dificuldades políticas às dificuldades

sociais e económicas existentes em Portugal”, considerou.

No que diz respeito às eleições autárquicas, e após ter advogado “um consenso amplo” em torno da regionalização na próxima legislatura, o líder socialista pediu uma salva de palmas para os candidatos socialistas às câmaras de Lisboa, António Costa, e do Porto, Elisa Ferreira, simbolizando nestas duas candidaturas todas as restantes que se apresentarão a escrutínio.

E reivindicou que foi a maioria do PS que impulsionou na Assembleia da República uma lei para a limitação de mandatos de cargos autárquicos, que considerou benéfica para a qualidade da democracia.

No ponto das eleições europeias, Sócrates voltou a elogiar o cabeça de lista socialista, Vital Moreira, destacando as suas “qualidades intelectuais e políticas”, e definiu o PS “como o partido da Europa”.

Democracia, modernização e igualdade

Mais adiante, José Sócrates dividiu a sua intervenção política em três capítulos distintos, dedicados à democracia, à modernização e à igualdade.

Relativamente à igualdade, o líder socialista recordou o objectivo inerente à sua moção de estratégia de tornar obrigatório em Portugal a conclusão de 12 anos de escolaridade.

E anunciou duas medidas que vai colocar em prática na próxima legislatura: bolsas de estudo para jovens carenciados e alargamento da rede pré-escolar de forma a cobrir 100% das crianças.

“Queremos criar uma nova bolsa de estudo especificamente dirigida aos jovens entre os 15 e os 18 anos”, afirmou, adiantando, porém, que essas bolsas terão “uma dupla condição”.

“Haverá uma condição de re-

ursos, porque este apoio é para as famílias que necessitam desse apoio (e só para elas); e com a condição de aproveitamento escolar, para apoiar os estudantes que frequentam e aprendem nas escolas secundárias”, declarou.

Segundo Sócrates, estas bolsas de estudo constituirão “um complemento ao abono de família expressamente dirigido ao financiamento público das despesas com a educação secundária dos filhos”.

Neste contexto, o secretário-geral do PS frisou igualmente que a medida das bolsas de estudo para jovens do ensino secundário é complementar “do trabalho feito pelo Governo para que o ensino pré-escolar tenha a capacidade para acolher 100% das crianças com cinco anos de idade”.

“O Governo celebrará já esta semana mais protocolos para a construção de salas de jardim-de-infância. Ficarão assim criadas as condições para tornar universal o acesso de todas as crianças com cinco anos à educação pré-escolar”, referiu.

Para o primeiro-ministro, a obrigação do Estado e das famílias “é assegurar que todas as crianças frequentem a educação de infância”.

“Agora que estamos a construir as últimas salas podemos avançar com a consagração legal da obrigatoriedade de frequência do pré-escolar. Garantiremos que nenhuma criança entre no primeiro ciclo do Básico sem antes ter tido oportunidade de frequentar também o jardim-de-infância”, frisou, reivindicando depois a autoria de uma “grande mudança estrutural” no panorama educativo nacional.

“O Governo quer que todas as crianças portuguesas frequentem pelo menos um ano de jardim-de-infância e depois, na escola, adquiram pelo menos 12 anos de escolaridade. É assim que reduzem as desigualdades”, rematou.

Apresentação da moção “Mudar para Mudar”

Fonseca Ferreira quer o PS reforçado e com mais debate interno

J. C. CASTELO BRANCO

“A NOSSA vontade é dar um contributo para o reforço do PS, que continua a ser o partido nuclear da esquerda em Portugal”, afirmou Fonseca Ferreira, sublinhando que a reeleição de José Sócrates “é garantia da prossecução do caminho das reformas e da modernização” do país.

Falando no dia 28, na apresentação da moção “Mudar para Mudar”, de que é primeiro subscritor, Fonseca Ferreira reiterou que “só há uma força política para fazer reformas estruturais, o PS”, mas alertou que “o partido precisa de mudar as suas estruturas”.

Segundo Fonseca Ferreira, é preciso “um PS reforçado e mais bem preparado para a mudança”, defendendo que é preciso “mudar o padrão de redistribuição de riqueza” e “um novo modelo de desenvolvimento”, já que a economia tem sido “dominada pelas actividades rentistas, responsáveis pelo nosso atraso”.

O primeiro subscritor da moção “Mudar Para Mudar” considerou que “o socialismo democrático está em grave crise de identidade”, sendo tempo de “retomar o combate pela inclusão e igualdade e equilibrar a relação entre capital e trabalho”.

É tempo, continuou, de o PS “tirar as suas ilações e retomar o debate”, já que, frisou, “os socialistas não podem conformar-se com políticas sociais assistencialistas, medidas louváveis em termos humanitários mas muito aquém do seu ideário”.

Por outro lado, Fonseca Ferreira afirmou que “o nosso partido não tem debate, não tem vida activa real, não tem criatividade, não interage com a sociedade, não reflecte os anseios e interesses dos seus apoiantes e militantes, que verdadeiramente não ouve”.

E lamentou que as sedes do partido sejam, na sua maioria, “lugares inóspitos, desconfortáveis e tristes que não proporcionam o convívio e o debate. Há muitos militantes socialistas desmotivados. A sua participação nas eleições internas, muito reduzida, é prova disso mesmo”. Por isso, defendeu, “é necessário aprofundar a democracia interna no PS, que enfrenta o risco de fraccionamento”.

O militante socialista que é presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo fez questão de frisar que para os subscritores da moção “não está em causa a liderança do PS” e que José Sócrates tem tido “a coragem e a determinação para realizar as reformas e a mudança de que a sociedade portuguesa precisa”.

Lembrando que “foram a dedicação e espírito de luta dos militantes de base que levaram o PS uma vez mais ao poder”, Fonseca Ferreira alertou que “a direcção não pode ignorá-los e muito menos abandoná-los”.

Quanto às reformas em curso na sociedade, considerou que é preciso



“um Governo determinado, mas em diálogo com o país real”. E reiterou que “precisamos de uma maioria reforçada nas próximas legislativas, para que Portugal possa continuar no caminho das reformas”.

regras que “garantam condições de igualdade e transparência nas eleições internas”, obrigatoriedade de declaração de interesses dos dirigentes partidários com funções executivas para evitar “promiscuidades

Fonseca Ferreira considerou que a proposta incluída na sua moção de primárias para escolha dos candidatos às eleições para os vários níveis de poder é uma forma de dinamizar a democraticidade interna e defendeu um conjunto de outras reformas previstas na sua moção para melhorar o funcionamento do PS, como, por exemplo, a criação de federações de âmbito regional,

entre políticas e negócios e recurso intensivo às novas tecnologias”.

Referindo que o PS e outros partidos de esquerda democrática em todo o mundo são neste momento protagonistas do combate à crise internacional, Fonseca Ferreira perguntou ainda “o que anda a fazer a Internacional Socialista”, no actual contexto da crise internacional, e considerou que o partido “tem de empenhar-se numa intervenção activa” naquela organização “para que o socialismo democrático assuma a liderança reformadora global que a situação exige”.

Na apresentação da moção “Mudar para Mudar” falou ainda o militante histórico Edmundo Pedro, que começou a sua intervenção com uma “saudação especial” a José Sócrates pela sua “determinação”.

Edmundo Pedro explicou ainda que apoiava a moção subscrita em primeiro lugar por Fonseca Ferreira “porque aborda aspectos importantes e medidas inovadoras” para a vida do PS e do país, elogiando depois a acção do Governo, nomeadamente no que respeita às “políticas sociais de grande significado levadas a cabo, reveladoras das preocupações com os mais pobres e desprotegidos”. Mas, acrescentou, “a crise financeira limita muito as possibilidades de se fazer mais”.

Na sua intervenção, o fundador do PS voltou a esclarecer as suas declarações sobre um alegado clima de “medo” dentro do PS, referindo que se basearam “numa fantasia e especulação puras”.

E deixou claro que a sua afirmação referia-se “não ao PS especificamente mas a todos os partidos, à sociedade de forma transversal”, sendo algo que, frisou, “vem da Inquisição e do salazarismo, o medo de perderem o emprego, o lugar que têm”.

GRUPO DE FONSECA FERREIRA VAI CRIAR CORRENTE DE OPINIÃO “ESQUERDA SOCIALISTA”

A APRESENTAÇÃO de uma lista autónoma à Comissão Nacional do PS, a criação da primeira cibersecção do partido e a constituição de uma corrente de opinião foram anunciadas pelos subscritores da moção global “Mudar para Mudar”, no final da tarde do segundo dia de trabalhos do Congresso.

Em conferência de Imprensa, Fonseca Ferreira, que se encontrava ladeado pelo militante histórico Edmundo Pedro, referiu que a decisão de avançar à Comissão Nacional foi tomada na sequência dos bons resultados alcançados quanto aos objectivos que o seu grupo tinha assumido previamente.

Orgulhando-se da moção que apresentou, que disse ir ficar como “um texto de referência política, onde foram analisadas questões do sistema partidário, da esquerda,

de forma equilibrada e construtiva”, Fonseca Ferreira recordou que o documento chegou ao congresso com o apoio de 21 delegados, mas acabou por conseguir a subscrição de um total de 78.

E porque “as coisas correrem bem”, o primeiro subscritor da moção “Mudar para Mudar” adiantou que vão ser lançados dois novos objectivos.

“Vamos apresentar o pedido de registo da primeira cibersecção do PS”, anunciou, já que, frisou, “hoje a blogosfera é fundamental para a comunicação e participação”.

E, por outro lado, também “vamos propor aos nossos apoiantes durante Março a formação de uma corrente de opinião, que se designará ‘Esquerda Socialista’”, disse. J. C. B.

Maior representação de sempre das Comunidades na Comissão Nacional do PS

A COMISSÃO Nacional aprovada no Congresso de Espinho tem a maior representação de sempre das estruturas do PS nas Comunidades, devido aos três camaradas que a integram directamente e aos quatro que, segundo os novos Estatutos, são inerentes.

Entraram na Comissão Nacional os coordenadores das secções do PS em Metz, Nathalie Oliveira, que está entre os primeiros suplentes, Carlos Ramos, de Neuchâtel e Jorge Rosmaninho, de São Paulo, estes dois em posições mais recuadas. Por outro lado, de acordo com os novos Estatutos do PS, passam também a ser membros da Comissão Nacional os coordenadores das quatro secções no Estrangeiro com maior número de militantes, duas na Europa e duas fora da Europa.



Desta forma, o PS garante aos seus representantes nas comunidades a sua maior representação de sempre na Comissão Nacional do Partido, que é o órgão mais importante entre congressos.

Destaque ainda para o facto de, durante o

Congresso, os 26 delegados das estruturas do PS no estrangeiro terem tido um encontro com o secretário Internacional do PS, José Lello, e com o director do Departamento de Comunidades, Paulo Pisco, para abordar questões respeitantes ao relacionamento com a sede nacional, dinamização e afirmação do partido e mobilização para os próximos actos eleitorais.

Nathalie Oliveira, coordenadora da Secção do PS de Metz e conselheira municipal na mesma cidade, foi escolhida para integrar a Comissão Nacional como forma de premiar o extraordinário trabalho que tem realizado tanto na afirmação do PS, como no esforço de recenseamento eleitoral a nível municipal, já visível no facto de a Comunidade Portuguesa

na área de Metz ter passado a ser a primeira em número de inscrições para as eleições para o Parlamento Europeu, que vão decorrer em Junho próximo e nas quais todos os cidadãos comunitários podem votar.

Além disso, o trabalho de proximidade com a comunidade portuguesa e a defesa dos seus interesses, designadamente a nível do movimento associativo, é outro dos aspectos relevantes.

Entre todas as secções do PS que escolheram os seus coordenadores, Nathalie de Oliveira conseguiu o pleno, tendo todos os 37 militantes da Secção participado na votação de dia 14 de Fevereiro para o secretário-geral do PS, para os delegados ao Congresso e para a coordenação da Secção.

Vital Moreira é o cabeça-de lista às europeias

O SEGUNDO dia de trabalhos foi marcado pelo anúncio de que o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias será o constitucionalista Vital Moreira, personalidade definida pelo secretário-geral como “um dos grandes políticos da vida pública portuguesa, grande defensor do projecto europeu e um grande intelectual, um homem de pensamento e de cultura”.

Perante uma prolongada salva de palmas dos congressistas, visivelmente satisfeitos com a escolha do líder socialista, Vital Moreira subiu ao palco para enunciar as razões que o levaram a aceitar o convite. “A minha surpresa não é menor que a vossa”, começou por dizer, garantindo que “assumo o encargo com entrega, dedicação e empenho. O PS e os seus eleitores podem contar comigo”.

Na sua intervenção, o agora cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu (PE), Vital Moreira, assumiu o desafio de “tentar fazer vingar o Tratado de Lisboa” e promover “o reforço do papel do Parlamento Europeu”.

Vital Moreira adiantou ter sido convidado há vários dias para encabeçar a lista socialista mas disse só ter decidido na tarde de sábado, dia 28, depois de “uma forte hesitação pessoal”.

Isso porque, sublinhou, não é uma decisão fácil abandonar “a posição confortável de treinador de bancada”, num momento em que ainda por cima se sente “realizado na vida académica e profissional”.

Mas o constitucionalista sublinhou ter acabado deixar-se convencer pelos argumentos do PS, até porque uma candidatura ao Parlamento Europeu lhe permite



colocar-se no centro dos temas aos quais dedicou grande parte de reflexão e de artigos que escreveu nos últimos anos.

Recordando que é apoiante do PS desde 1991, salientou que a partir daí tem mantido um estatuto de “socialista freelancer, por conta própria”. Participou nos Estados Gerais, integrou a lista do partido às legislativos de 1995, exercendo “ocasionalmente” o cargo de deputado, e colaborado nas Novas Fronteiras lançadas por José Sócrates.

A “profunda crise internacional, com o aumento exponencial do desemprego que já atinge dois dígitos em vários países” é, na opinião de Vital Moreira, um desafio para a União Europeia (UE), que “está a ser testada quanto às suas capacidades”.

E acrescentou que “a crise financeira veio questionar o paradigma neoliberal, uma vez que a crise tornou evidente que é preciso uma regulação internacional”.

Por isso, disse, os partidos socialistas agrupados no PSE são “um dos pilares decisivos da construção europeia e na ultrapassagem da crise, no quadro dos seus valores da igualdade e justiça social, através do modelo social europeu”.

Por outro lado, a “malograda Constituição Europeia” um dos temas a que o candidato dedicou vários textos, será um dos temas que disse querer defender, até porque alargaria os poderes do Parlamento Europeu, dando-lhe “competências legislativas tendencialmente infinitas” e colocando a UE “cada

vez mais perto de uma democracia tradicionalmente parlamentar”.

O triunfo do Tratado de Lisboa, disse, permitiria lançar as bases das políticas progressistas que tantas vezes defendeu nos seus artigos, “sempre na defesa das ideias do socialismo democrático”.

Permitiria ainda políticas de defesa e de relações exteriores mais sólidas e um aprofundamento do modelo social europeu, algo pelo qual Vital Moreira vai lutar.

Até porque, sublinhou, a Europa tem um papel fundamental na defesa de uma nova ordem financeira mundial dentro do princípio de que um mercado único sem fronteiras não pode funcionar sem entidades de regulação eficazes.

Interpelado pelos jornalistas à

saída do Congresso, Vital Moreira disse que “não pouparei esforços para honrar as posições de luta do PS na construção europeia”, e mostrou-se convicto de que poderá ser “um candidato forte, capaz de unir o PS, já que, frisou, “tenho competências que me dão particulares habilitações”.

PS – o partido da Europa

Antes, na apresentação de Vital Moreira, o secretário-geral do PS referiu que o nosso partido “é mais do que qualquer outro o partido da Europa”.

O PS, continuou, “honra-se de ter estado sempre presente em todos os momentos da construção do projecto europeu em Portugal. Esteve na adesão de Portugal à CEE com Mário Soares e Jaime Gama, esteve com António Guterres na entrada para o euro e a adopção da agenda de Lisboa”.

Depois de lembrar que foi com a última presidência que a União Europeia assinou o Tratado de Lisboa, Sócrates concluiu que “história do projecto europeu em Portugal confunde-se com a história do PS”.

E sublinhou a importância das eleições europeias, porque, explicou, “fazem-se escolhas importantes, onde se separam as águas entre os diferentes projectos políticos”, enfatizando que “o PS está motivado e preparado” para as eleições europeias.

O constitucionalista da Universidade de Coimbra sucede a Maria de Lurdes Pintassilgo, João Cravinho, António Vitorino e Sousa Franco como cabeça-de-lista do PS às eleições europeias. **J. C. C. B.**

A força da mudança para retomar a rota do sucesso

UMA LIDERANÇA firme, corajosa, cosmopolita, mobilizadora e moderna é aquela que José Sócrates personifica à frente dos destinos do PS e de Portugal. Esta a ideia central da intervenção do camarada António Costa no Congresso de Espinho, onde apresentou os pontos-chave da moção “A Força da Mudança”.

Fazendo um balanço sintético sobre a governação socialista de José Sócrates, o actual presidente da Câmara de Lisboa identificou as quatro marcas fundamentais da acção executiva: equilíbrio financeiro, combate à pobreza, modernização da sociedade e aposta na qualificação dos recursos humanos, lembrando algumas das medidas e iniciativas implementadas.

“Foi esta rota de sucesso que a crise internacional interrompeu”, afirmou, explicando que para a enfrentar tem sido necessário



tomar medidas de emergência.

Segundo o camarada António Costa, a resposta à crise reside numa “reforma global que permita que o país retome, o mais depressa

possível, essa rota de sucesso.

Trata-se – clarificou – de uma reforma de esquerda moderna e progressista “que não se conforma nem se satisfaz com o que vai mal”.

Centrando o seu discurso na necessidade de garantir estabilidade governativa no país, António Costa defendeu a renovação da maioria absoluta para o PS por considerar não existirem parceiros à esquerda.

“A direita nunca!”, sentenciou, recusando também a alternativa bloquista.

“O Bloco de Esquerda é alérgico a assumir qualquer responsabilidade”, criticou, antes de assertivamente classificar o BE como “um partido oportunista e parasita da desgraça alheia”.

Depois, enfatizou que “a conquista da maioria absoluta passa pela conquista da unidade interna, no respeito pela diversidade de

opiniões”, alertando para o facto dos partidos à nossa esquerda estarem empenhados no enfraquecimento do Partido Socialista.

“A meta é vencer a crise” e a rota traçada para a atingir passa – disse – pelo reforço da autonomia energética, da rede de banda larga, por executar grandes obras públicas, prosseguir o combate pela igualdade e a qualificação, acabar com as diferenças de salário entre homens e mulheres, utilizar a fiscalidade como instrumento na luta contra as desigualdades, aprofundar a democracia e modernizar mais a organização do Estado.

“É preciso também alargar o universo dos direitos, com atenção efectiva aos menos protegidos”, afirmou, numa referência ao reforço do combate à violência doméstica, à discriminação relativa ao casamento de pessoas do mesmo sexo e a mais e melhores prestações e cuidados sociais. **M.R.**

OPINIÃO

CAPOULAS SANTOS
Presidente da COC

UM CONGRESSO ESPINHOSO PARA OS ADVERSÁRIOS DO PS

NUNCA um Congresso do PS terá sido tão elogiado e ao mesmo tempo tão atacado pelos nossos adversários. Até o animador político das noites de domingo da RTP1 se mostrou boquiaberto com a capacidade organizativa do PS. Para eles, o principal problema parece mesmo ter residido no excesso de rigor e de organização. Até o inesperado “apagão” terá sido programado ao milímetro com o único objectivo de calar a voz a uns pobres socialistas amordaçados que pretendiam estragar o propalado unanimismo.

Confesso que, em mais de 30 anos de democracia, nunca vi tanta raiva e desespero acumulados contra nós nalguns “media”, nem tanto fel no discurso de tantos comentaristas. Deve ser de facto duro para quem nos faz oposição constatar que, mesmo depois de utilizada toda a artilharia pesada, os danos são mínimos e que, como diz o velho slogan, “quanto mais a luta aquece, mais se vê a força do PS”.

Em Espinho, o PS revelou-se, uma vez mais, um partido que persiste em honrar a sua história e que teima em dar lições de democracia e de tolerância. Houve debate, saíram propostas claras para enfrentar a crise e transmitir a solidariedade devida aos mais atingidos e houve disputa para a composição do mais importante órgão do PS de que resultou uma nova Comissão Nacional mais plural. Em suma, de Espinho saiu um PS mais unido e determinado em torno da sua estratégia política, dos seus dirigentes e do seu líder.

Mas convém não esquecer que Espinho foi apenas o culminar de um processo que durou cerca de três meses e que envolveu milhares de socialistas de todos os pontos do nosso território continental, das regiões autónomas e dos países da emigração porque, onde estão os portugueses, está o PS.

Mesmo não havendo disputa pela liderança foi um dos congressos mais participados, que envolveu o funcionamento de 700 assembleias de voto que mobilizaram mais de duas dezenas e meia de milhares de militantes para elegerem o secretário-geral e os cerca de 1700 delegados, sem que se tivesse registado qualquer reclamação digna de nota.

Não posso, por isso, ao cair do pano do XVI Congresso do PS, enquanto presidente da COC, deixar de manifestar o meu profundo agradecimento a todos os que tornaram possível a demonstração ao país do grande partido democrático que somos. Tal como havíamos previsto e desejado, este Congresso constituiu o melhor revigorante para que o PS possa vencer o ciclo eleitoral de 2009.

A todos os membros da COC, à dedicada e tantas vezes esquecida equipa profissional do PS, aos trabalhadores e empresas que conosco colaboraram, aos presidentes das concelhias, das federações e a todos os militantes anónimos que contribuíram para o êxito deste Congresso, o meu muito sincero obrigado.

PS reforça a sua unidade na diversidade

A necessidade de um PS unido na sua diversidade para alcançar uma maioria absoluta nas próximas legislativas, a defesa do aprofundamento das políticas de combate às desigualdades e discriminações e críticas à oposição de direita sem estratégia e de esquerda marcada pelo radicalismo inconsequente foram os traços comuns à maioria das intervenções dos delegados durante a discussão das duas moções globais.



O DIRIGENTE socialista João Proença afirmou que “o PS foi e será sempre a força da mudança”, considerando que na actual conjuntura “é fundamental a defesa dos postos de trabalho e a regulação do sistema financeiro”.

O também líder da UGT elogiou ainda o Governo pelo “diálogo e concertação social” que houve ao longo destes quatro anos, bem como “as reformas e a preocupação social”.

Para João Proença, “ser de esquerda é combater a direita, os interesses, é defender o Estado promotor de mais justiça e igualdade”.

Já o secretário nacional e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, disse que no Congresso de Espinho se estava “a celebrar a unidade do PS, o grande partido da esquerda democrática”, adiantando que “somos da esquerda moderada, não somos da esquerda radical. Somos a esquerda moderna e não arcaica”.

Referindo que os adversários do PS são “os défices de qualificação e as desigualdades”, Santos Silva criticou “todos aqueles que querem substituir o debate de ideias pela calúnia e o ataque pessoal”.

O dirigente socialista reiterou que o “compromisso do PS é com as forças progressistas e de mudança”, sublinhando que “temos mais aliados que as outras forças políticas, ou seja, o povo português que nas sondagens mostra a sua confiança no PS”.

Já o eurodeputado Joel Hasse Ferreira afirmou que a vitória do PS nas eleições de 2009 “é a esperança numa sociedade mais solidária e fraterna”, sendo necessário nas legislativas “ganhar com uma maioria absoluta significativa, contra uma oposição incapaz, de forma a que se possa prosseguir e aprofundar o processo de modernização do país”.

“Lutemos pela tripla vitória em 2009 – europeias, autárquicas e legislativas”, apelou a terminar a sua intervenção.

Por sua vez, José Leitão elogiou a acção do Governo, mas sublinhou que “Portugal tem

de ser um país com menos pobreza e mais igualdade”.

O PS, acrescentou o ex-comissário para as Minorias Étnicas e antigo líder da JS, “tem de demonstrar que premeia a qualidade e não a subserviência” e considerou que a moção “Força da Mudança” contribui para “unir o PS”.

Um novo sistema fiscal que tribute as mais-valias

A eurodeputada Ana Gomes defendeu a cobrança de impostos sobre as mais-valias e o fim dos “off-shores”, sublinhando que o país precisa de um novo sistema fiscal e não apenas de uma reforma fiscal. E sublinhou que, apesar dos progressos registados, sente “vergonha pelos níveis de desigualdades existentes no país”.

Por outro lado, Ana Gomes considerou que “o ataque político e pessoal” que tem sido feito ao primeiro-ministro revela que é “urgente retomar” o pacote de medidas anticorrupção proposto por João Cravinho que impeçam o enriquecimento ilícito.

“O ataque a José Sócrates permite compreender que enquanto não houver meios para combater a corrupção a suspeita pode cair sobre todos, para desgraça da República”, disse.

Já a sindicalista da UGT Maria Helena André, lembrou que “a crise internacional é global, grave, profunda, e será duradoura”, mas, ironicamente declarou, “só em Portugal é que se propaga que o pai da crise é José Sócrates”.

E elogiou “as reformas de fundo realizadas pelo Governo, essenciais para a modernização do país, que puseram as pessoas no centro das medidas”.

O ex-deputado e professor universitário Rui Namorado considerou que face à actual crise “o movimento socialista tem de

assumir um forte protagonismo, para um pós-capitalismo, não podendo renunciar a um horizonte socialista”.

Por sua vez, o ex-ministro da Saúde e dirigente do PS, Correia de Campos, afirmou que a “batalha que o PS tem pela frente é crise internacional”, considerando que “se resolvermos o problema da crise, facilmente venceremos todas as outras dificuldades, incluindo as eleições”.

Depois de elogiar as reformas a cabo pelo Governo ao longo destes quatro anos, Correia de Campos criticou o recurso por parte dos adversários de Sócrates e do PS a “ataques de carácter pessoal”, sublinhando que se assiste por vezes a uma confusão “entre a Comunicação Social e a oposição em que já não se sabe quem é a caixa de ressonância de quem”.

Ascenso Simões, membro do Secretariado Nacional e secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Pescas, afirmou que “o único farol de estabilidade” é o PS, lembrando que desde o Congresso de Guimarães “fizemos um caminho para uma nova governação, que teve o seu enfoque nos mais desprotegidos”. E acrescentou que “à direita há a parelha Portas e Ferreira Leite que já deram tudo o que tinham a dar”.

O presidente do PS/Açores, Carlos César, referiu a sua “consideração máxima” e “apoio” a José Sócrates, pelo seu “carácter, honorabilidade e a forma decidida como tem conduzido o partido e o país nestes momentos de dificuldade”.

O também chefe do Governo Regional dos Açores considerou ainda que “Portugal precisa da nossa esquerda, da esquerda construtiva, de um PS participado, inovador e mais progressista”, apelando aos militantes para que “deixemos a oposição sozinha na intriga”, já que “a nossa prioridade é obter a maioria absoluta nas próximas legislativas, porque o país não pode parar”.

O eurodeputado Emanuel Jardim Fernan-

des afirmou a sua solidariedade para com o primeiro-ministro, que, disse, está a ser alvo de uma campanha “inadmissível” por parte de alguma comunicação social.

Depois de elogiar a acção do Governo, nomeadamente o combate à pobreza, a modernização do país e a reforma do Estado, o eurodeputado sublinhou que “na Europa o nome de José Sócrates é estimado, porque a Europa também precisa do chefe do Governo português”.

Por sua vez, o presidente do GP/PS, Alberto Martins, reiterou que os congressos do PS são “sempre momentos da batalha das ideias, para construir políticas, acções concretas”, lembrando que “foi nas grandes crises que o nosso partido se afirmou”.

Depois de referir que a actual crise internacional é fruto do falhanço do “neoliberalismo e fundamentalismo do mercado”, Alberto Martins defendeu que “o Estado Social é o ideário capaz de dar sentido à acção política”, no quadro de “um Estado supervisor, regulador, simplificador”.

Alberto Martins elogiou ainda a acção dos deputados socialistas e reafirmou a necessidade de o PS alcançar uma maioria absoluta nas legislativas, acusando a oposição de ter “uma postura derrotista”.

Já o eurodeputado Manuel dos Santos afirmou que “temos de ter uma estratégia clara para combater a crise”, salientando que o Governo do PS “está no bom caminho”. E alertou que “sem estabilidade política não poderemos responder aos desafios que a crise coloca”. Por isso, disse, é preciso que o PS obtenha uma maioria absoluta” nas legislativas de 2009.

Por sua vez, o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, afirmou que a Geração de Ideias, de que é membro, “acredita nas respostas do Governo centradas na coesão e no emprego”, referindo que “não queremos voltar à economia de casino, responsável pela actual crise internacional”.



E acrescentou que “o objectivo maior do Governo deve ser criar as condições para um Portugal mais competitivo, com maior igualdade”.

O secretário nacional com o pelouro das Autarquias, Miranda Calha, afirmou que o PS “é um grande partido do povo, da democracia, da Europa, do Estado Social e da responsabilidade”, mas também, acrescentou, “o partido da liderança, que no Congresso de Guimarães elegeu um líder para o partido e também para o país”.

Miranda Calha aproveitou ainda para saudar “todos os autarcas do PS que nas câmaras e juntas de norte a sul do país fazem um trabalho incontornável em defesa das populações”.

Reforma fiscal deve ser prioridade

Já o deputado Paulo Pedrosa saudou a “coragem cívica” que o secretário-geral tem demonstrado perante a tentativa de “assassínio de carácter” de que tem sido alvo.

E considerou que face à “crise do capitalismo aventureiro” é a hora de “procurar alternativas, no quadro do socialismo democrático”, sustentando que “a reforma fiscal deve ser a prioridade de um Governo do PS para a próxima legislatura”.

A eurodeputada Jamila Madeira sublinhou a natureza europeísta do PS, e afirmou-se convicta de que “as regiões administrativas verão a luz do dia” na próxima legislatura.

Jamila Madeira lembrou ainda que 2009 vai ser “o ano de todas as escolhas” e que o PS deve dar “expectativas a todos os agentes de futuro”.

Por sua vez, o vice-presidente do GP/PS e presidente da Federação de Viseu, José Junqueiro afirmou que no Congresso os

socialistas têm oportunidade de “assumir as suas diferenças e os objectivos comuns de construir um partido e um Portugal melhores”.

José Junqueiro elogiou ainda a acção do Governo ao longo destes quatro anos, “com propostas e soluções para os problemas dos portugueses”, e salientou que “o país não pode esperar pela resolução do melodrama do PSD”.

A eurodeputada e dirigente nacional Edite Estrela afirmou que “é necessário que os portugueses percebam que é preciso eleger nas eleições europeias deputados que defendam o projecto europeu”.

“Os eurodeputados socialistas portugueses prestam contas do seu mandato, em que fizemos a diferença, realizámos um bom trabalho e marcámos a agenda política no Parlamento Europeu”, disse, considerando ainda que é preciso que o PS obtenha uma maioria absoluta nas legislativas deste ano.

O deputado Miguel Ginestal defendeu que no Congresso de Espinho foram apresentadas “propostas concretas para enfrentar a crise”, acrescentando que “o PS tem claramente um projecto para o país” e que “só com estabilidade governativa podemos vencer a crise”.

A força da mudança chega à Madeira

O líder do PS/Madeira, João Carlos Gouveia, destacou dois aspectos da moção global do secretário-geral – a noção de autonomia integrada no todo nacional e a reorganização do Estado – para sublinhar de seguida que “eles são muito caros aos madeirenses, em especial aos socialistas madeirenses” e vincar que “a força da mudança” do PS tem feito com que José Sócrates seja actualmente o principal ini-

migo de Alberto João Jardim.

De seguida, o camarada António Brotas, primeiro subscritor da moção “Democracia e Socialismo”, lamentou que o documento não tivesse reunido os votos necessários para ter sido votado no Congresso, salientando contudo que ele mereceu no “Acção Socialista” um tratamento editorial idêntico ao dado à moção do camarada Sócrates.

“Mas isso não aconteceu noutros órgãos de Imprensa”, apontou.

De seguida considerou que os camaradas António Costa e Augusto Santos Silva entraram em contradição com o entendimento que fizeram dos princípios socialistas e das soluções contidas na moção de José Sócrates, concluindo que “aquilo que a governação do PS tem mais em seu desfavor é não contar com o apoio crítico dos socialistas no interior do partido”.

A intervenção de Manuel Pizarro, actualmente em funções como secretário de Estado da Saúde, centrou-se nas políticas deste sector implementadas pelo Governo liderado pelo camarada Sócrates, que visam a qualificação e a reforma do Serviço Nacional de Saúde.

Já o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto colocou a tónica na urgência de se dar uma resposta adequada à crise financeira internacional, defendendo o primado do político face ao mercado e uma conjugação de esforços entre a esquerda moderna e o centro-esquerda, porque “aliados à direita não!”.

Da “outra esquerda”, a do protesto, “que não quer compromissos com as decisões da governação”, também não há possibilidade de aliança, porque esta se acomodou na “demagogia de propostas impraticáveis”.

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, apelou aos socialistas para não fazerem do PS o adversário de si mesmo, num discurso onde garantiu que

José Sócrates não vergará perante qualquer dificuldade.

Gama lembrou que uma conjuntura de crise “é sempre um desafio”, caracterizando depois a liderança de Sócrates como sendo exemplo de “coragem, verticalidade, frontalidade e rectidão”.

De seguida, criticou os protagonistas de um tipo de política essencialmente mediática, manifestando-se confiante no triunfo socialista nas próximas eleições legislativas, porque Portugal precisa de política “que não seja do pequeno egoísmo ou gestionária da pequena coisa que não olha o futuro”.

Para Jaime Gama, no actual quadro de crise, “o PS é um mais em Portugal”.

“Contra a inacção, garante decisão; contra a frivolidade, garante frontalidade; contra o cinismo, garante convicções; contra a demagogia, garante seriedade; contra a confusão, garante clareza. Estou certo de que o PS da clareza vai vencer o partido da confusão”, terminou.

O eurodeputado Francisco Assis sublinhou na sua intervenção que é preciso aumentar a nossa ambição política com grande responsabilidade.

“A maioria absoluta é uma exigência” dos nossos dias, acrescentou, alertando para as “consequências seguramente trágicas” que teria para Portugal, neste contexto de crise económico-financeira globalizada, a emergência de um quadro político-parlamentar “fragmentado”.

Por seu turno, o deputado socialista na Assembleia da República José Vera Jardim aproveitou a sua intervenção no XVI Congresso Nacional para vincar que com o impulso modernizador da governação do PS, a agenda da igualdade regressou ao centro das políticas.

Saudando os pontos-chave da moção “A Força da Mudança”, em particular os respeitantes ao combate às discriminações,



Vera Jardim afirmou que “Sócrates tem atrás de si todo um partido para o apoiar nessa luta”.

Razão patriótica

Também sobre as matérias da igualdade, o camarada Jorge Lacão, actual secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, evidenciou os progressos alcançados e as metas a atingir, para depois salientar que os socialistas “estamos preparados para pedir uma maioria absoluta por uma razão patriótica”.

“Portugal precisa de estabilidade política e democrática”, defendeu.

Nesta ordem de ideias desenvolveu-se igualmente a intervenção do camarada Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, para quem a capacidade de garantir poder de decisão, com coragem e convicção, será um factor decisivo nas próximas batalhas eleitorais.

“Não se surpreendam, camaradas, se não cedermos às forças retrógradas do corporativismo que ainda sobreviveu”, avisou, deixando clara a vontade governativa de perseguir o que melhor serve Portugal e os portugueses.

Para o líder da Juventude Socialista, Duarte Cordeiro, o projecto do Executivo de José Sócrates dá um sinal de esperança aos jovens portugueses em particular e aos portugueses em geral ao prever uma luta declarada contra a homofobia, manuais escolares gratuitos, o pré-escolar universal, transportes públicos para estudantes do ensino superior e o combate sem tréguas à precariedade laboral da juventude.

Seguiu-se Maria Manuela Augusto, presidente reeleita do Departamento Nacional de Mulheres do Partido Socialista, que fez uma saudação enfática ao PS por ser “um partido que ousa e assume a mudança”.

Após elencar brevemente as medidas implementadas pelo Governo em benefício da igualdade de género, afirmou que o PS está em condições de criar instrumentos de paridade efectiva e plena entre mulheres e homens nos processos de decisão.

Segundo o camarada Carlos Zorrinho, coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, o futuro imediato confronta Portugal com quatro desafios políticos: combate à exclusão social, à exclusão tecnológica, à centralização administrativa e ao proteccionismo.

Perante este cenário, considerou que “tempos de mudanças nos convocam”.

De igual modo, o líder do PS/Algarve, Miguel Freitas, manifestou concordância com a “agenda de progresso” apresentada por “um primeiro-ministro à altura dos desafios das sociedades modernas”.

Para Miguel Freitas, a moção “A Força da Mudança” tem a marca da coragem que se requer na luta contra a discriminação e pela regionalização.

E porque em democracia é o povo que avalia o mérito da acção executiva, reque-rendo para isso a prestação de contas por parte dos protagonistas políticos, António Vitorino, coordenador do Fórum das Novas Fronteiras, destacou o facto do PS nunca se ter furtado a esse dever ao longo do seu mandato.

Criticou também alguns opositores por se resignarem a tentar retirar ao PS a maioria absoluta, “cientes de que vão perder as eleições”, porque o que o país precisa – defendeu – é de “uma liderança que resista e que dê confiança aos portugueses”.

“Essa liderança está nas mãos seguras de José Sócrates”, rematou Vitorino.

Falando no Congresso de Espinho, o secretário nacional para as Relações Internacionais, camarada José Lello, deixou claro que o PS é um partido plural e que “não realiza purgas como o BE fez ao seu vereador

na Câmara de Lisboa, mostrando assim as suas raízes trotskistas e estalinistas”.

José Lello garantiu o pluralismo interno no partido, “mesmo que custe ver a maioria parlamentar em risco pela tendência centrífuga de alguns deputados”.

O delegado contrapôs o que disse ser a vontade do Governo de combater a crise à “atitude seráfica da oposição a fingir que faz, propondo medidas que seriam devastadoras para a situação orçamental e agravariam ainda mais a crise”.

E denunciou o que disse serem “as forças mais retrógradas da sociedade portuguesa, representantes do intriguismo, autores de pérfidas campanhas contra o bom-nome dos seus adversários políticos, violando as regras democráticas de que só nas urnas se resolvem as eleições”.

Modelo de desenvolvimento justo

Já o secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, camarada Paulo Campos, evidenciou com satisfação que no seio da família socialista sempre houve e continua a haver “um profundo debate de ideias de grande qualidade”.

Focou de seguida a obra realizada pelo Executivo nacional nos últimos quatro anos, considerando que foi posto em prática um “modelo de desenvolvimento justo” através de uma estratégia de investimentos concebida e aplicada a pensar na igualdade de oportunidades.

Por seu turno, Eduardo Cabrita, a desempenhar funções de secretário de Estado adjunto e da Administração Local, lembrou que a actual crise global é filha de uma direita conservadora que apostou na especulação bolsista, imobiliária e no crédito irresponsável.

“Em Portugal é preciso governar fazendo

políticas de esquerda progressista, advogou, apontando de seguida para a necessidade de “renovar a maioria absoluta” para o PS.

Depois de Susana Amador, presidente da Câmara de Odivelas, ter citado Eugénio de Andrade para reforçar a ideia de que “é urgente permanecer”, a deputada socialista Sónia Fertuzinhos usou da palavra para desmontar as críticas daquela esquerda que não deu o apoio ao PS quando este, no Governo, implementou medidas de carácter social e progressistas.

“Comunistas e bloquistas nunca hesitaram em sacrificar o legítimo interesse geral dos portugueses para, simplesmente, acalmar a sua sede de ataque ao PS”, denunciou.

Antes de Vítor Ramalho, líder do PS/Setúbal, declarar que é preciso estabelecer “um novo pacto com os portugueses” perante a actual crise “séria e de carácter estrutural, que exige novas posturas ancoradas à esquerda”, a secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz fez questão de recordar que foi o PS que, em Portugal, evitou o regresso do totalitarismo.

A encerrar o vasto leque de intervenções realizadas no segundo e no último dia do XVI Congresso Nacional, o presidente da COC, camarada Capoulas Santos, fez um balanço dos 90 “extenuantes e gratificantes” dias que antecederam a reunião magna de Espinho.

Visivelmente satisfeito com a unidade e a participação registadas entre militantes, congressistas e dirigentes, considerou que o PS demonstrou claramente que é um partido rigoroso e que sabe trabalhar bem internamente e no Governo.

“Este Congresso vai ser um espinho encravado na garganta dos nossos adversários”, disse antes do cair do pano com o discurso de encerramento dos trabalhos proferido pelo camarada secretário-geral, José Sócrates. **J.C.C.B./M.R.**

Listas aos órgãos do PS com maior presença feminina de sempre



AS DUAS listas candidatas à Comissão Nacional apresentadas no Congresso de Espinho são compostas por um número de mulheres superior ao mínimo de 33% impostos pelo sistema de quotas introduzido pelo PS.

Falando em nome da Lista A, associada à moção de José Sócrates “A Força da Mudança”, Edite Estrela sublinhou que “nunca houve no PS uma lista que assegurasse uma tão elevada representação feminina”.

E referiu que dos 545 militantes que integram as listas do secretário-geral aos vários órgãos nacionais – Comissão Política Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira – “339 são homens (62%) e 206 são mulheres (38%)”.

A eurodeputada salientou que dos 545 nomes que integram as listas de Sócrates aos vários órgãos nacionais apenas 13% foram indicados directamente pelo secretário-geral, enquanto os restantes, 87% saíram das estruturas locais e sectoriais do partido.

“Estas listas, muito equilibradas, asseguraram uma representação regional e de faixas

etárias, com pessoas de reconhecida competência técnica e qualidade política, em que ninguém foi excluído independentemente das suas convicções ou posições”, frisou.

Por sua vez, António Fonseca Ferreira, primeiro subscritor da moção “Mudar para Mudar”, adiantou que a segunda lista à Comissão Nacional – único órgão a que este grupo de militantes concorreu – “visa demonstrar o empenhamento na vida do partido, porque o PS é a casa comum da esquerda”.

Assim, disse, “na Comissão Nacional podemos continuar a pugnar pelo reforço do PS e para que o partido assuma posições em função das populações e em particular das mais desfavorecidas”.

E frisou que a lista B, subscrita por 140 delegados ao Congresso, “respeita todas as condições, nomeadamente a participação das mulheres na política”.

Edite Estrela e Fonseca Ferreira falavam na manhã do último dia de trabalhos da reunião magna de Espinho na apresentação das listas aos órgãos nacionais do partido. **J. C. C. B.**

Ideologia em acção

MERECEU particular destaque no XVI Congresso do PS a excelência da intervenção do camarada António Mourão, coordenador da Secção de Cedofeita, um inusual que é um exemplo cívico de empenhamento na vida interna do partido.

Na sua intervenção, António Mourão afirmou que “embora muitos se reclamem de esquerda”, contudo, frisou, “nem todos têm atitudes consentâneas com essa ideia, porventura por que ainda não compreenderam que este conceito varia no tempo e no espaço, de acordo com as aspirações e condições de cada comunidade”.

E lembrou que “ser-se de esquerda no Portugal de há 50 ou 60 anos, não é o mesmo que ser-se de esquerda nos dias de hoje”, já que nessas décadas do salazarismo “havia gente descalça nas ruas, pessoas com fome, crianças que não iam à escola porque tinham que trabalhar, portugueses que emigravam de mãos vazias, nem sequer uma mala de cartão levavam, mas apenas uma saca de pano ao ombro”.

Hoje, sublinhou, “não há portugueses descalços nem com fome, o Governo quer passar a escolaridade mínima obrigatória de 9 para 12 anos e deixámos de ser um país de emigrantes trabalhadores desqualificados, para passarmos também a ser um país de destino de pessoas que procuram trabalho”.



Há 50 anos, lembrou, “vivíamos numa ditadura, sem liberdade nem de acção nem de expressão e hoje vivemos numa democracia de leis universais, às quais todos devemos respeito e obediência, legado que recebemos dos gregos e foram valores absolutos como estes que levaram o rei Leónidas a sacrificar-se com os seus 300 companheiros nas Termópilas e Sócrates a beber a cicuta pelas suas próprias mãos”.

É por isso que, explicou, “em parte, eu, desde a juventude, sou socrático. Diz-se que Sócrates fez descer a filosofia do céu à terra. Na verdade, ao deslocar a tónica do pensamento do cosmos para o homem, influenciou toda a nossa civilização ocidental”.

Já Sócrates, o português, frisou, “provocou uma revolução semelhante na política portuguesa. Também ele fez descer a política da ideologia para a acção, do discurso para a realidade, ao agir com determinação na resolução dos problemas do país, revelando-se um autêntico homem de esquerda. Se eu já era socrático desde a juventude por causa do grego, agora, por causa do português, sou duplamente socrático”. **J.C.C.B.**

Órgãos eleitos em Congresso

PRESIDENTE DO PARTIDO

António de Almeida Santos

COMISSÃO NACIONAL

Efectivos

Jaime Gama
António Vitorino
Edite Estrela
Carlos César
António Costa
Ana Paula Vitorino
Alberto Martins
Pedro Silva Pereira
António Fonseca Ferreira
Idália Moniz
Augusto Santos Silva
José António Vieira da Silva
Maria Manuela Augusto
José Lello
Alberto Costa
Maria de Belém Roseira
Luís Amado
Rui Namorado
Sérgio Sousa Pinto
Maria Carrilho
Carlos Lage
Leonor Coutinho
Jorge Lação
João Proença
Elza Pais
Maria Salomé Rafael
Vitalino Canas
Júlio Miranda Calha
Maria João Rodrigues
Marcos Perestrello
Eduardo Cabrita
Celeste Correia
Capoulas Santos
Mário Lino
Maria Helena André
Gaspar Santos
José Vera Jardim
Ascenso Simões
Rosa Maria Albernaz
Correia De Campos
António José Seguro
Palmira Maciel
Fernando Serrasqueiro
Horácio André Antunes
Eurídice Pereira
Mesquita Machado

Orlando Gaspar
Dalila Araújo
Fidélio Guerreiro
Carlos Teixeira
João Soares
Maria De Lurdes Ruivo
José Lamego
Miguel Coelho
Maria Antónia Almeida Santos
José Apolinário
Francisco Assis
Joana Lima
Manuela Neto
António Magalhães
Carlos Zorrinho
Susana Amador
António Vassalo de Abreu
Castro Fernandes
Marta Rebelo
Manuel Seabra
Reis Marques
André Fonseca Ferreira
Ana Gomes
Armando França
Henrique Fernandes
Maria Teresa Almeida
Delmiro Carreira
Emanuel Jardim Fernandes
Maria Santos
Guilherme Pinto
Pedro Nuno Santos
Rómulo Machado
Custódia Fernandes
Mário De Almeida
Orlando Soares Gaspar
Anabela Gaspar Freitas
Rui Vieira
José Miguel Medeiros
Carla Tavares
Alberto Arons de Carvalho
Fátima Galhardo
Afonso Abrantes
Isabel Coelho Santos
Jacinto Serrão
Bruno Pacheco
Andreia Cardoso
João Pedro Sequeira
António Borges
Isabel Sena Lino
Manuel Mendes
Luís Vilar
António Parada
Rosalina Martins
José Ribeiro

Carlos Candal
Sónia Fertuzinhos
Osvaldo Castro
Joel Hasse Ferreira
Jorge Miguel Pacheco
Maria Amélia Antunes
José Paulo Barata Farinha
Fernando Rodrigues
Fátima Ferreira
Marcos Sá
Fernando Gomes
Ângela Pinto Correia
Antero Gaspar
Mariana Geraldès
José Luís Carneiro
Glória Araújo
Jorge Rosendo Gonçalves
Rui Pereira
Maria Da Luz Rosinha
Victor Hugo Sequeira
António Braga
Romana Romão
José Miguel Januário
José Magalhães
José Mota
Maria Augusta Santos
Fernando Jesus
Laurentino Dias
Otilia Areal
João Paulo Correia
António Mendes
Manuel Oliveira
Jamila Madeira
Afonso Lobão
Santinho Pacheco
Helena Terra
Fernando José Peixinho
A. Rodrigues
Alípio Magalhães
Frandina Ramos
João Ramos
João Gouveia
Julieta da Fonseca Rodrigues
Lurdes Castanheira
Luís Marinho
Fernando Rocha Andrade
Ana Elisa Costa Santos
Manuel dos Santos
Manuel Mota da Silva
Ana Catarina Mendes
Valter Lemos
Marco da Raquel
António Martinho
Margarida Gariso

Pedro Marques
António Branco
Fernanda Rocha
Marques Júnior
Fernando Manata
Ema Gonçalo
José Amaral Veiga
Vasco Franco
Paulo Pedroso
Maria da Conceição Casanova
Luís Vieira
Domingos Bragança
Célia Menezes
José Correia da Luz
Ricardo Bexiga
Maria Virgínia Bacalhau
Isabel Raminhas
Raul Martins
António Ribeiro Gameiro
Inês Drummond
José Manuel Dias Custódio
Pedro Coimbra
Paula Cristina
Tiago Bastos
Artur Cortez
Francisco Leal
Maria Armada Gaivão
Jorge Catarino
Bernardo Trindade
Mariana Matos
Manuel Pizarro
Paulo Penedos
Maria Luisa Mendonça
Fernando Pêgas
Rui Caetano
Luís Gonelha
Teresa Pedro
José Manuel Dos Santos
Miguel Ginestal
Inácia Odete
Carlos Trindade
Nuno Toscano Freitas
Isabel Sousa Santos
Cristina Vieira
André Figueiredo
Pedro Farmhouse
Rosalina Santos
João Tiago Silveira
José Emílio Moreira
Graça Teixeira
Victor Hugo Salgado
João Paulo Santos
José Braz Pinto
Catarina Marcelino

José Luís Catarino
Dias Baptista
Alcídia Lopes
Paulo Campos
Ricardo Gonçalves
Dina Teresa Lopes
António João Paredes
Vital Rosário
Nuno Artur Rodrigues
Aldemira Pinho
Roberto Monteiro
Luis Vaz
Marisa Macedo
Manuel Maria Carrilho
António Sotero
Maria do Carmo Sequeira
Manuela Cabeçadas
Eduardo Bragança
Francisco Pereira
Margarida Moreira
António Farinha do Amaral
José Alberto Alves
Alexandra Moura
José Maria Costa
Sérgio Paiva
Orlando Silva
Maria Teresa F. Fonseca
Fernando Medina
Arménio Martins
Maria Adriana Novo
Bravo Nico
Fernando Pratas
Maria Daniela Silva
Armando Paulino
José Arruda
Francisco Ramos
Ana Couto
Artur Penedos
Luís Nazaré
Natalina Moura
Nuno Tavares
Fernando Cerqueira
Olga Maria Marques
Lucinda Duarte

COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO

António Ramos Preto
José Maria Roque Lino
Luisa Salgueiro
Nuno Godinho de Matos
António Reis
Telma Correia

Guilherme Dray
João Serrano
Fernanda Asseiceira
Vitor Pereira
Fernando Anastácio
Maria Madalena A. Pereira
Carlos Luíz
Teresa Morais Sarmento
Jorge Manuel Pontes Gregório

Suplentes

Fernando Vasco
Carlos Ribeiro
Fátima Pimenta
Jorge Gonçalves
Ricardo Saldanha
Teodora Freire
João Herminio
Esmeralda Ramires
Carlos Alberto Santos Tuta
José Manuel Assis
Ana Paula Barros
Mario Alberto T. Marques
Pedro Ramos de Almeida
Marisa R. Ferraz Rosa
Almeida
Ana Margarida Soares

COMISSÃO NACIONAL DE FICALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Domingues Azevedo
Mário Lourenço
Ana Paula Noivo
Luís Carito
Jorge Castro Lopes
Maria José Gamboa
Nuno Moita

Suplentes

António José Ribeiro
Braz
Hortense Martins
Mário Jorge
Rui Massano
Sónia Melo
Rogério Manuel Coelho
Fernandes
Lidia Gomes do Vale
Pereira
Luís José Silva Ferreira



Inerências à Comissão Nacional

Secretário-Geral

José Sócrates

Presidentes das Federações

Miguel Freitas Algarve	Norberto Patinho Évora	Paulo Fonseca Santarém
Afonso Candal Aveiro	Rui José Prudêncio FRO	Vítor Ramalho Setúbal
Luís Pita Ameixa Beja	José Albano Guarda	Rui Solheiro Viana do Castelo
Joaquim Barreto Braga	João Paulo Pedrosa Leiria	Rui Santos Vila Real
Mota Andrade Bragança	Joaquim Raposo Lisboa	José Junqueiro Viseu
Joaquim Morão Castelo Branco	Rui Simplício Portalegre	
Víctor Baptista Coimbra	Renato Sampaio Porto	

Presidente do PS/Açores

Carlos César

Presidente do PS/Madeira

João Carlos Gouveia

Director do "Acção Socialista"

Jorge Seguro Sanches

Director do "Portugal Socialista"

José Augusto Carvalho

Presidente da Tendência Sindical Socialista

João Proença

Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas

Rui Solheiro

Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

Maria Manuela Augusto

Representantes da Juventude Socialista

Pedro Vaz	Francisco Reigota
Berto Messias	Carina Coelho
Rafaela Teixeira	Fernando Morgado
Davide Amado	João Pina
Orlando Fernandes	Natércia Coelho
Patrícia Monteiro	Jorge Cristino
André Gomes	Pedro Almeida
Nuno Carvalho	Mariana Franco
Catarina Mendes	João Barata
João Tiago Henriques	Pedro Silva

SUPLENTE DA COMISSÃO NACIONAL POR MOÇÃO

Moção "PS A Força da Mudança"

José Rosa do Egipto
António Afonso
Sónia Sanfona
Acácio Pinto
Strecht Ribeiro
Ana Cristina Costa
José Manuel Pereira Ribeiro
Mário Mourão
Julia Rodrigues
João Vasconcelos
Luís Testa
Maria da Conceição Gomes
Rui Pedro Soares
Henrique Ferreira
Jesuina Ribeiro
João Castro
João Carlos Marcelo
Maria João Botelho
José Alberto Fateixa
Miguel Fontes
Ana Pereira
Emídio Xavier
Joaquim Valente
Cristiana Bento
Vitor Pereira Dias
Hugo Nunes
Ana Maria Ferreira
João Azevedo
José Tunes
Paula de Deus
Nuno Quiaios
José Neves
Teresa Damásio
Domingos Quintas
João Almeida Santos
Cristiana Mendes
Emílio Torrão
Victor Sousa
Maria José Barata Batista
Filipe Neto Brandão
Paulo Pisco
Nathalie Oliveira
Artur Cascarejo
Jorge Dantas
Cristina Barrenho
Victor Brito de Moura
Berta Ferreira
Milheiro Nunes
Jorge Telmo
Filipe Costa
Isilda Gomes
Nobre dos Santos
António Manuel Pais Carrigo
Ana Gouveia
Nuno Mocinha
Vitor Duarte
Alice Martins
Luís Gestas
João Cunha
Clara Quental
Manuel da Silva
Isabel Vígia
José Abraão
Paula Viseu
Óscar Soares
Eugénio Frois
Carla Patrícia Silva
Luís Reis
Maria Edite Sousa
João José Cristóvão
Agostinho Gonçalves
Maria da Conceição Griolo
Amílcar Romano
Guido Teles
Conceição Loureiro
João Reigota
Rui Xavier
Maria Luísa Gomes
Pereira Pinto
António Eusébio
Dúnia Palma
Miguel Laranjeiro
Pedro de La Cedra
Maria José Arcos

Óscar Gaspar
Catarina Rodrigues
Horácio Pedrosa
Rui Crisóstomo
Vanessa Porto
Rui Lopes
Miguel Monteiro
Maria João Carreiro
Francisco Dias
Pedro do Carmo
Rita Madeira
Frederico Castro
J. Pulido Valente
Ondina Margo
Vitor Silva
Patrocínio Azevedo
Ana Paula Enes
Fernando Curto
Casimiro Ramos
Odete João
Fernando Oliveira
Jorge Miranda
Sandra Ralha
Paz Cardoso
Adelino Mendes
Sandrina Piteira
Alexandre Rosa
Abílio Santos
Jorge Tinoco
Joaquim Rosa do Céu
António Teixeira
Marisabel Moutela
Luís Antunes
José Alexandre
Conceição Soares
Guilherme Alves
Francisca Abreu
Renata Sousa
Hilário Marcelino Teixeira
Paulo Lopes
Margarida Inácio
Hugo Frederico
Irene Lopes
Carlos Ramos
Sofia Cabral
Nazaré Lança
Jorge Manuel Riso
Jovita Ladeira
Manuel Lage
Silvino Lúcio
Maria da Graça Ferreira
Jorge Botelho
Fernando Paulo
Clara Conceição Pinto
Guido M. Gomes
Avelino Leite
Isabel Coutinho
Vitor Prada Pereira
Ricardo Cruz
Cristina Correia
Fernando Queirós
José Rui Duarte Cruz
Natália Conde
António Mourão
Delfim Marques Azevedo
Paula Oliveira
Marco Caetano
Manuel António Gomes
Lisete Romão
Mendes Lopes
Carlos Pires
Elsa Costa
Paulo César
Costa Teixeira
Isabel Maria Soares
Pinto
João Cruz
Claudio Rebelo
Raquel Brito
Jorge Bento
Cláudia Leitão
Mário Caetano
Ferreira
Maria de Lurdes Ferreira
Carlos Lopes
Teresa Freitas
Paulo Jorge Santos
Jorge Rosmaninho
Fátima Macedo
Hermenegilda Guimarães
Ricardo Saldanha
Elsa Maria Silva Pinheiro

Manuel Lopes Janeiro
João Deus Sequeira
Sónia Melo
Ricardo Rosário
João Marcelino
Ana Duarte
Jorge Henrique Horta
Ferreira
Avelino da Conceição
Alzira Henriques
Duarte Lince Faria
José Amarelinho
Helena Pavão
Fialho Marcelino
Sérgio Viana
Telma Catarina Dias
Madaleno
Álamo Meneses
Carlos Salvador
Esmeralda Ramires
José Verdasca
David Martins
Joaquim António Neutel
Sílvia Guedes
Rui Oliveira
Vitor Cabral
Rita Miguel
Augusto Salgueiro
Rogério Sousa
Paula Cristina Santos
Fernando Carneiro
José Manuel Fernandes
Miranda
Alzira Silva
Martinho Medeiros
Paulo Barradas
Sandra Pontedeira
António Carlos
Joaquim Banha
Conceição Matos
José Manuel Rijo Dionísio
Julia Coelho
Bárbara Chaves
Conceição Quental
Margarida Coutinho
Henriques
Maria Fernanda
Simões Soares
Cláudia Sarapicos
Brigite Bazenga
Gonçalves
António Ventura Pipa
Mário José Pais de
Figueiredo
Humberto da Costa
Sequeira
Fernanda Maria Martins
Paulo Pereira Estadão
Teodora Quintano Freire
Maria Zulmira Gama
Rui Barreto Henriques
Lídia José Henriques
Isabel Meirinhos
António João da Silva
Sedas
Maria Rafaela Costa
Maria Isabel Gonçalves
Rui Jorge Figueiredo
Costa
Alcina Trindade
Ana Lúcia Silva de
Passos
Aurélio Costa
Henriques Barradas
Telma Leitão
Cecília de Jesus
Neves Oliveira
João Joaquim Saraiva
Ribeiro
Cláudia Sofia Horta
Ferreira
Isaura Gonçalves
Manuel Armando
Lopes Martins
Andreia Coutinho Simões
Maria Luisa Pereira
Custódio
Mário Martins
Maria da Conceição
Silva Nunes de
Matos
Maria Manuel

Francisco Oliveira
Paulo Jorge Campos
Vicente
Luísa Diego Lisboa
Cidália Rosa Ferreira
Marco Filipe Almeida
Maria Fernanda Romba
Maria Teresa Santos
Marques
Nelson Domingos Brito
Paula Isabel
Fernandes Maurício
Paula Cristina
Gonçalves Ferreira
Joaquim Jorge
Castelão Rodrigues
Elisa Vaz
Rosa Maria Matos
Ivo Oliveira
Fátima Gargaté
Moises Gil
Piedade Murta
Fátima Loureiro
João Pedro Silva Cruz
Eduarda Ferronha
Gustavo Carranca
Dulce Claudia Paixão
Bernardo
Mónica Patricia Pinto
da Costa
José Valente Rocha G.
Maria de Fátima
Loureiro
Maria Emília Estadão
Fernando Calix
Maria Margarida Messias
António Franco Carvalho
Eri Manuel Augusto
Rui Veloso

Moção "Mudar o PS para Mudar Portugal"

José Carlos Pinheiro
de Sousa
Pio de Abreu
Maria Antonina
Carlos Pedro Gordinho
Fernando Coelho
Cristina Fragoso
Pedro Barosa
Dieter Dellinger
Marina Vaz Meireles
Miranda Lemos
Álvaro Aroso
Marta Cristina Barbosa
José da Gama
António Carvalho
Maria Isabel Santos
Figueiredo
Rui Manuel Magina
João Mota
Josefina T. F. Almeida
Humberto Daniel
Vitor Figueiredo
Maria José Pereira
Joaquim Mário Antão
Carlos Gordo
Ana Cristina Elias
António Arnaldo Almeida
Joaquim Veigunha
Joana Corte Ferreira
Pereira Marques
Rui Abreu Silva
Raquel Alexandra
João Paulo das Neves
Raul Cristóvão
Maria de Jesus
Nascimento
Pacheco de Almeida
Luís Mariano Victor
Ana Paula Pereira
Vitor Basto Fonte
Carlos Granjo
Isaura Barbosa de Barros
Alfredo Besugo Pisco
Valdemar Machado Silva
Maria Adelina Santos
Vitor Rocha Serqueira
César Luís Simões

Maria de Fátima Teixeira
Victor Baptista Francisco
António Filipe Santos
Elizabeth Costa Ribeiro
António Catraia
Hélder Malacão
Maria Hermínia Fino
César Ramos Ribeiro
Estêvão Jorge Fonseca
Amélia Santos Gambino
Avelino Sousa Lopes
Francisco Silva Alves
Maria Albertina Estrela
José Rodrigues
Rodrigo Menezes
Gonçalves
Maria Margarida Martins
Carlos Manuel Fragateiro
Firmino José Xavier
Guiomar Baptista Calisto
Abílio Campos Leite
Luís Filipe Graciano
Susana Couto Antão
Carlos Nobre Pereira
Américo Gonçalves Roma
Maria Elisa Almeida
António Filipe Lopes
Sérgio Campos Namorado
Sandra Marisa Vitorino
Francisco Guilherme
Monteiro
João José Ferreira
Maria Madalena Martins
Nuno Vieira Figueiredo
Guilherme Azevedo
Mesquita
Fátima Cavaco Sousa
Nuno Dias Filipe
Victor Figueiredo Sousa
Ana Gomes Paes
Maria Elizabeth Gomes
Carlos Alberto Nunes
Maria Margarida Ferreira
Artur Silva Tavares
Menezes Caria
Mafalda Inácio
Camilo Alminha
Ricardo Alcântara
Olga Figueiredo
Gregório Matadinho
António Duarte Calado
Fátima Viegas Mendes
David Ferreira Barão
Pedro Amaral
Margarida Antunes
Carlos Oliveira Pereira
João Ferreira da Silva
Branca Baptista
Fábio Esteves
Marco Ferreira
Carla Ferreira Silva
Duarte Gomes
Aires Ramalho Melo
Maria Armanda Santos
João Alves Baptista
José António Trenoso
Ligia Jorge Coelho
Nuno Teixeira Coutinho
Francisco Casimiro
Maria Manuela Lacerda
Joaquim Pina Correia
Elsa Roque
Domingos Cruz
Fábio Santos
Simão Riol
Maria Diolinda Penim
Mário Pina Correia
Celso Pimenta Braz
Carminda Santos Ferreira
Luís Ferreira Almeida
Ibraim Carvalho Sousa
Filomena Castanho
António Fernandes
Domingos
André Correia Figueiredo
Ana Ferreira Almeida
António Moura Pires
Pedro Tito Morais
Maria Ricardo Barracosa
Pedro Ferro Almeida
Manuel Dias
Maria Emília Silva

José Vaz Almeida
Alvaro Carvalho
Cristina Cardoso
José Carlos Mota
Américo Freire
Susana Ramos de
Oliveira
Victor Miranda Gaio
Júlio Amaral
Mariana Carvão
António Fernandes
Teixeira
Abílio Dours Paciência
Olga Afonso
José Jesus Ribeiro
António Feliz Pinto
Inês Simões Catita
Júlio Marques Mota
João Couto Fragoso
Maria Matos Salteiro
Diamantino Pacheco
José Simões Figueiredo
Estela Correia Rocha
Pedro Boga
Joaquim Feliciano
Carla Canadas
José Ferreira Santos
Luís Santos Pereira
Maria Fernandes Mirana
João Marmelo
Silvério Figueiredo
Ana Carmo Oliveira
Fernando Costa
José Topa
Maria Teixeira de
Campos
Manuel Horta Machado
Manuel Oliveira
Cordália Rodrigues
Jorge Borge Silva
Manuel Anastácio
Filipe
Emília Dias Gil
Rui Lourenço Valente
Pedro Gabriel Marques
Maria Fátima Gouveia
Henrique Dentinho
Luís Filipe Reis
Helda de Sousa
José Nascimento
Fernandes do Carmo
Maria Zulmira Alpendre
Rui D. Lico
Jorge Vieira Lindinho
Ana Teixeira Alves
Eleutério Canadas
José Gonçalves
Maria Antónia Lacão
Carlos Alberto Silva
Joaquim Jesus Matias
Ana Almeida
Tiago Domingues
César Diogo
Maria Luísa Daniel
Jorge Costa
João Pedroso Madeira
Maria Antónia Assunção
Vasco Pimenta
António Menezes
Rodrigues
Ana Silva Carreira
Alberto Gameiro Santos
Francisco Modas Daniel
Catarina Raquel
André Santos Gameiro
Domingos Silva Sousa
Maria Barroso Passanha
João Santana
José Carlos Silva
Guiomar Calisto
Henrique Salgado
Manuela Martins
António Manuel Claro
Amadeu Penim
Noémia Lourenço
João Miranda
Raul Pereira
Maria da Graça Vicente
José Santos Costa
Acácio Guerreiro
Idalina Serpe
Sérgio Miranda

José Rosa Domingos
Ana Maria Sousa
João Rato
Feliciano Sousa
Maria Fernanda Araújo
Orlando Marques
José Manuel Miranda
Helena Matos Gaspar
Fernando Pereira
Alpendre
Paulo Gameiro Bibe
Ana Teixeira Alves
Carlos Pontes Costa
Joaquim Martins
Ana Paula Jorge
Emílio Nogueira Peres
Manuel Silva Pinho
Maria Vitória Melo
Manuel Vitorino Inácio
João Bacalhau
Ana Paula Cruz
Sérgio Caldeira
João Silva
Maria Célia Matias
João Fortunato
Fernando Fálha
Maria Silvério Mosca
José Infante
Jorge Conceição
Amália Esteves
João Mota Caldeira
João Gomes Ferreira
Maria Balbina
Victor Marques
Manuel Gonçalves
Fernandes
Ana Machado Costa
José Vale Tomé
Esmeralda Lico
Sónia Santos
José António Olival
Inês Domingos
Augusto Pereira Dâmaso
Maria Esmeralda Lico
Eduardo Silva
Raquel Nascimento
Pedro Penteado
Alfredo Sousa
Maria Luísa Claro
José Ferreira
João Manuel Costa
Flávia Santos
José Carlos Dinis
Manuel Meireles
Marcelina Domingos
Joaquim Robalo
Edgar Rocha
Maria da Luz Paiva
Luís Maria Borges
Fernando Pegado
Ana Nascimento
Carlos Ferreira
António Cardoso
Lucinda Bernardo
Vitor Rodrigues
António Baptista
Ana Paula Santos
Fernando Alves
Luís Durão
Luísa Carmo
José Pereira
Naciolindo Morgado
Arcângela Beirão Catela
Manuel Costa Gomes
Fernando Teixeira
Clementina Silva
Luís Manuel Coelho
José Carvalho
Maria Manuela Amaral
António Manuel
Fernandes
Manuel Pinto
Maria Carlos Pereira
Carlos Marques Borrego
Mário Dias Barradas
Fernanda Claro
Nuno Soares
António Prata
Maria Fernanda Dias
Paulo Ferreira Nogueira
Joaquim António
Monteiro

Diamantino Dias
António V. Lopes
Joaquim Bento Grosso
Maria Lurdes Pedro
Luís Filipe Santos
António Osório
Vanda Pedrosa Madeira
Aníbal Rendas
João Meia Inácio
Ana Sofia Almeida
Vinício Carvalho
Filipe Neves
Lucília Pinheiro
António Morais
Armindo Santos
Sara Bentes
Agostinho Silva Santos
Francisco Ribeiro
Sandra Ferreira
Américo Salteiro
Luís Pedreira
Sérgio Caldeira
José Joaquim Santos
José Paulo Neves
Anabela Ribas
José Neves
Ilídio Correia
Sara Nunes Santos
Joel Rosa Neves
João Fernando Bentes
Sofia Carvalho Prado
Fernando Garcia
José Carvoeiro
Maria Luísa Batista
Luís Ferreira
José Gomes
Paula Pinto
Orlando Barros
Miguel Solas
Patrícia Carvalho
Casimiro Gonçalves
Mário Teodoro
Maria Filomena Santos
Renato Paiva
Nicolau Mesquita
Catarina Trindade
Mateus Henrique
Dora Silva
Francisco Gil
Hamilton Dias
António Pedro Lombo
Irene Gusmão
Frederico Lopes
Tiago Cabral
Maria Lurdes Rocha
Raul Silveira
Eduardo Almeida Sá
Jeovane Adão Assis
Francisco Canelas
José António Lopes
Josefina Coutinho
Joaquim Rola
Eduardo Gravanita
Célia Lopes
João Gama
Hugo Ricardo Simplício
Liliane Simões
Manuel Camacho
Anabela Prata
Francisco Barbeiro
Rogério Cambuda
Maria Rosário Direito
José Pedro Júnior
Eduardo Cabrita
João Ramos
Alberto Cambudo
Maria Beatriz Oliveira
João Fidalgo
João Pedro Canto
Maria Batista
Rui Lico
Ruben Duarte Andrade
Ana Fragata Laranjo
Aquilino Ribeiro
Machado
Georgete Jesus
Nuno Teotónio Pereira
Mariana Dâmaso
Tomás Taveira
Edmundo Pedro



Espinho: o Congresso perfeito

Ao longo daquela tarde de sexta-feira, ora nublada, ora solarenga, os delegados ao XVI Congresso do PS fizeram as necessárias creditações e, aos poucos, foram tomando os seus lugares no Pavilhão de Espinho. O camarada Almeida Santos, reeleito presidente de todos os socialistas, anunciou a abertura dos trabalhos cerca das 19h30, e desde logo pôs a ênfase na necessidade de haver rigor na gestão dos tempos.

MARY RODRIGUES

MANIFESTAMENTE aborrecido, militante de todas as horas e presença constante em todas as reuniões magnas do PS, o delegado Edmundo Pedro lamentava a “desconsideração” de que se sentia objecto por não integrar a Comissão de Honra.

“Mas o Almeida Santos já reconheceu a falta e deu-me uma palavrinha”, disse em tom de desabafo.

Em conversa com a equipa de reportagem do “Acção Socialista”, Edmundo Pedro fez uma retrospectiva das suas participações nos congressos, afirmando que desde o primeiro até ao mais recente se tem verificado uma “evolução oscilante”.

Adversário declarado do “unanimismo”, recordou o “grande” Congresso de Guimarães, no qual José Sócrates foi eleito pela primeira vez secretário-geral, e onde “houve o necessário contraditório”.

“Espinho foi também um grande congresso”, afirmou, sublinhando que nos três dias de trabalho houve pluralismo nas intervenções relativamente às moções e um “unanimismo justificado” em torno da figura do secretário-geral.

“Face às campanhas de ataque a José Sócrates alimentadas pelos nossos inimigos, este unanimismo tem justificação”, explicou.

Quanto aos múltiplos apelos a uma mobilização total visando a renovação da maioria absoluta do PS nas próximas eleições legislativas que

se fizeram ouvir na Nave de Espinho, Edmundo Pedro não hesita em fazer-lhes eco, considerando que se trata de um resultado “desejável sem o qual Portugal ficaria ingovernável”.

“Bater-me-ei por isso apesar da minha idade”, frisou.

Já no que diz respeito à evolução sofrida ao longo dos tempos na organização, na logística e na imagem dos congressos, o militante 3080, hoje com 90 anos, não manifestou especial entusiasmo, criticando o facto de se perdido “substância” à medida que se tem ganho em “aparato”.

“Mas isso é dos tempos. Acontece com todos os partidos, não apenas com o PS”, reconheceu, recordando com tónica nostálgica o primeiro Congresso do PS na legalidade na reitoria da Universidade de Lisboa, em 1974.

“Foi sem dúvida o mais marcante na vida e na história do PS e até do país, porque foi nele que se traçou o rumo da democracia portuguesa”, frisou.

À altura dos melhores

Também o fundador e militante número três do Partido Socialista António Campos referenciou o Congresso de 1974 como sendo o mais marcante por ter sido nele que se procedeu à “criação daquele que é hoje o maior partido nacional” e se começou “a difícil caminhada da implantação nas zonas urbanas e rurais”.

Para este engenheiro técnico agrário que serviu Portugal e o PS, tanto na Assembleia da República como no exercício de funções governativas, o Congresso de Espinho “foi dos melhores”.

“Tenho participado em todas as reuniões magnas do partido e posso dizer com satisfação que tenho assistido a uma evolução em crescendo”, declarou ao “Acção Socialista”, vincando de seguida que “mais importante do que o número de votos obtidos nos actos eleitorais tem sido, sem dúvida, a implantação que o PS tem conseguido em todo o país e a sua afirmação”.

Aos 70 anos de idade e com provas dadas na organização de muitos congressos socialistas, António Campos afirmou convictamente que Espinho



foi sede do “congresso perfeito” a todos os níveis e “apesar do apagão”, com especial destaque para a componente tecnológica.

“Porque um partido à altura das suas responsabilidades e das exigências dos tempos novos usa sempre as tecnologias mais avançadas”, disse, considerando que, em Portugal, os socialistas estão “ao nível do que melhor se faz na América”.

E embora não deixe de referir em tom crítico o enquadramento negativo, desesperançado e especulativo de certos meios de Comunicação Social, António Campos manifesta confiança na liderança do PS e na

moção global vencedora em Espinho para renovar a maioria absoluta no Governo.

“São as grandes crises que fazem os grandes líderes. Sócrates é um líder forte e destemido. O partido e os portugueses vão reconhecê-lo”, rematou.

A maior mobilização de meios de sempre

Entre os mais novos congressistas de Espinho, o camarada André Antudes, de 23 anos, participa pela primeira vez como delegado a um congresso do partido.

Tendo começado a sua vida partidária na Juventude Socialista, o André, que milita actualmente na Secção de Santo António dos

Depois de registar as impressões positivas do camarada André Antunes sobre a organização e o vanguardismo tecnológico da reunião magna de Espinho, o “Acção Socialista” falou com quem tem estado, há mais de década e meia, nos bastidores destes eventos com a marca socialista.

O camarada Ferreira, como é conhecido de todos, deu ao AS a sua visão privilegiada, confidenciando que Espinho foi o Congresso que empregou mais meios, implicando um trabalho de montagem que durou 15 dias (contra os sete habituais), a utilização de 120 motores e a coordenação de 80 pessoas no terreno.

Questionado se este foi o Congresso mais difícil de produzir, lembrou



Cavaleiros (Loures), não escondia as grandes expectativas geradas pela sua estreia.

Apoiante da moção do camarada José Sócrates, manifestou confiança em que a reunião magna seria marcada pelo debate interno e pela definição do rumo a seguir nas novas e importantes batalhas que esperam aos socialistas nos contextos local, nacional e europeu.

Com visível satisfação, diz que gostou de ouvir o elogio de Sócrates à JS e, mais do que isso, sauda o facto de, que no Executivo, quer na moção que levou ao Congresso, o secretário-geral “ter levantado as bandeiras da jota”.

com um sorriso que “antigamente os estas reuniões também davam muito trabalho e até mais do que agora, mas davam menos no olho”.

Quanto ao “apagão”, considerou o “uma situação normal” dadas as potências eléctricas envolvidas.

“A solução foi encontrada logo, após duas horas do corte de energia, e tudo seguiu como previsto, com a alteração total do palco do Congresso terminada e pronta às 6 da manhã do domingo”, concluiu, não sem antes lembrar que os socialistas estão habituados a enfrentar imprevistos, crises e a encontrar soluções efectivas.

Paulo Pedroso candidato a Almada

PAULO Pedroso foi a personalidade convidada pela direcção nacional e pela concelhia do PS para candidato à Câmara Municipal de Almada.

Como sublinha aquela estrutura socialista, Pedroso “é um político de Almada”, e aquele que reúne as melhores condições for forma a dar resposta à “missão de transformar o município num território que preste o melhor serviço público aos cidadãos, às empresas e aos criadores de arte e cultura”.

Como defende António Mendonça Mendes, presidente da Concelhia, o PS de Almada “está mobilizado, forte e não deixará de promover uma campanha inovadora e de proximidade com os cidadãos”, aliás, como recordou, “como tem vindo desde há largos meses a fazer no fórum Espaço/Almada 2009”.

Este município não é, com efeito, um território estranho para Paulo Pedroso, que tem aqui fortes ligações, não só políticas mas também familiares.

Foi neste concelho da margem sul do Tejo, que o agora deputado socialista eleito pelo distrito de Se-



túbal, desempenhou as funções de presidente do PS/Almada, tendo ainda sido membro da Assembleia Municipal até integrar, em 1997, o Governo de António Guterres, onde foi secretário de Estado e mais tarde ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Como refere Paulo Pedroso, esta candidatura representa, antes de mais, “um desafio que o próprio Partido Socialista assume perante si próprio”, uma vez que, justifica, ao manifestar o desejo de se empenhar no desenvolvimento de um novo projecto, sustentado em propostas e soluções inovadoras para o concelho, está desde já a comprometer-se no sentido de inverter o modelo de desenvolvimento seguido desde há décadas em Almada, e cujos resultados não são em nada animadores, para apostar noutra mais voltado para a modernidade, tendo em vista o progresso e o bem-estar das populações.

Mas é também, como garante, um desafio para si próprio, por abrir a possibilidade, “não só de exercer outras tarefas, mas também novas funções”, reconhecendo o candidato do PS que quando sur-

giu o convite da direcção nacional e da estrutura local, olhou-o “com naturalidade e confiança”.

Para o camarada Paulo Pedroso, “é tempo de virar a página no poder local”, defendendo que a presidência de uma câmara municipal não deve restringir-se “à gestão urbanística e pouco mais”, mas que ao invés deve ser encarada como uma tarefa mais abrangente, que passe, nomeadamente, por “acções mais amplas”, frisando que “o município é o grande prestador do serviço público, naquilo que mais directamente tem a ver com a vida quotidiana das pessoas”.

Segundo fontes da campanha de Almada, a lista do PS à Câmara terá tantas mulheres como homens.

Paulo Pedroso é sociólogo, professor no ISCTE, especialista em sociologia urbana e rural.

Integrou o Secretariado Nacional de Ferro Rodrigues, foi porta-voz do PS e vice-presidente do GP/PS liderado por António Costa.

O seu primeiro lugar político desempenhou-o depois de ter sido eleito para a Assembleia Municipal de Almada. **R.S.A.**

Margarida Veríssimo candidata a Constância

A COMISSÃO Política do Partido Socialista de Constância decidiu apresentar como sua candidata à presidência da Câmara Municipal a camarada Margarida Veríssimo.

Esta militante socialista, casada, natural do Porto, mas que há muito fixou residência em Montalvo, é licenciada em Engenharia Civil e pós-graduada em Gestão e Modernização Autárquica, e reúne, na perspectiva dos socialistas de Constância, as competências técnicas e profissionais necessárias “a um excelente desempenho como presidente da Câmara Municipal”.

Politicamente exerceu já as funções de vereadora na Câmara de Constância, sendo actualmente a líder da bancada do PS na Assembleia Municipal.

Do ponto de vista profissional, a camarada Margarida Veríssimo exerce actualmente funções na vizinha edilidade de Vila Nova da Barquinha, onde é chefe de divisão. Foi professora nas escolas EB 2,3 de Irene Lisboa e Oliveira Martins, na cidade do Porto e EB 2,3/S em Constância. Exerceu igualmente as funções de administradora/delegada na Associação de Municípios do Médio Tejo.

Na Câmara Municipal de



Matosinhos, desempenhou as funções de técnica dos serviços municipalizados de água e saneamento.

Foi presidente da direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação do agrupamento de escolas de Constância.

Na actual e futura conjuntura económica e política, é fundamental para o concelho de Constância, subscrevem os socialistas, que a residência da edilidade fique nas mãos de alguém que em simultâneo, não só assegure uma “rigorosa e criteriosa gestão municipal”

como consiga empreender um “conjunto de soluções e de projectos capazes de relançar e tornar o município mais competitivo”.

Para o Partido Socialista, o concelho de Constância reúne um conjunto de argumentos e de potencialidades naturais que importa realçar, e que quando forem correctamente trabalhados, dizem, podem ajudar a transformar este concelho “num dos pólos mais dinâmicos e progressivos de toda a região”, e onde “valha a pena viver e trabalhar”. **R.S.A.**

Gonçalo Rocha candidato a Castelo de Paiva

A COMISSÃO Política da Concelhia de Castelo de Paiva escolheu, por unanimidade, Gonçalo Rocha como candidato do PS à presidência da Câmara Municipal.

Num comunicado, a Concelhia socialista realça “a forma extremamente viva e participada, com forte espírito democrático e empenho dos militantes na abordagem e defesa dos seus pontos de vista e que depois resultou e motivou o apoio unânime na candidatura de Gonçalo Rocha”.

A Concelhia destaca ainda a aposta na candidatura de Gonçalo Rocha à presidência da Câmara Municipal por parte da Federação de Aveiro do Partido Socialista, através do seu presidente, o deputado Afonso Candal, dos órgãos nacionais do partido, bem como de Antero Gaspar, um histórico e uma referência do PS no concelho, onde assumiu diversas funções.

Gonçalo Rocha, de 34 anos de idade, é licenciado em História e conta já com um significativo percurso de militância política nas fileiras do PS.

Oriundo da Juventude Socialista onde desempenhou vários cargos de responsabilidade, é actualmente



vereador na Câmara Municipal de Castelo de Paiva e presidente da Comissão Política de Castelo de Paiva desde Julho de 2002.

Gonçalo Rocha tem desenvolvido ao longo deste período “um excelente trabalho de mobilização do partido e de reforço da sua coesão interna, bem como de denúncia das políticas seguidas pelo presidente da Câmara Paulo Teixeira e da maioria PSD que o apoia, na gestão da Câmara Municipal”, refere ainda o comunicado da Concelhia.

O candidato socialista Gonçalo Rocha sublinhou ter sido “com muita honra que aceitou este convite e desafio do Partido Socialista, manifestado de forma inequívoca e unânime aos mais diversos níveis, desde a Comissão Política local, à Federação Distrital, até aos órgãos nacionais do partido”. E sublinha que “abraçará esta candidatura com todas as energias” e colocará todo o seu “empenho, determinação e dedicação com o objectivo de vencer este desafio eleitoral”.

OPINIÃO



AGOSTINHO
GONÇALVES
Deputado do PS

Quer de um lado, quer do outro, não se nota vontade de parar.

O Hamas continua a lançar rockets, Israel continua a avançar com as suas tropas

ONDE MORA O ÓDIO A PAZ FICA À PORTA

MAL tinha acabado o Natal, o mundo foi surpreendido por Israel ao entrar militarmente na Faixa de Gaza. Por terra mar e ar, para atacar o Hamas. Os motivos, segundo o Governo de Israel e são fazer parar o lançamento de *rockets* que os resistentes islâmicos lançam sobre povoações no Sul de Israel. Não é um acaso esta data. É, precisamente, no tempo de transição de presidentes dos EUA.

O Hamas, que se constituiu em 1988, como Movimento de Resistência Islâmica tem como objectivo a criação do estado da Palestina.

Fez política em áreas da educação, saúde, serviços sociais em geral, o que na época era bem vista por Israel, pois retirava alguma força política a Organização de Libertação da Palestina, liderada por Yasser Arafat. Porém, volvido algum tempo, muda de estratégia. O seu líder, Ahemid Yassim, ordena raptos de soldados israelitas, para servirem de moeda de troca de prisioneiros.

Seguem-se os ataques suicidas.

Nas eleições de 2006, o Hamas vence a Fatah, contra as expectativas da comunidade internacional. Esta exige aos vencedores que reconheçam o Estado de Israel, o que não aceita. O Hamas nesta caminhada envolve-se em conflito em Junho de 2007, com a Fatah. Deste confronto, resulta o domínio da Faixa de Gaza pelo Hamas.

Todos os dias, a Comunicação Social relata tremendos ataques feitos pelas forças armadas de Israel.

É a destruição de prédios, é a fome, a falta de água, feridos e mortes sem parar.

Noto que alguns canais de televisão usam e abusam, de imagens dramáticas de crianças feridas ou mortas, pais a socorrerem aflitos, os filhos. Visto uma vez todos ficamos chocados e revoltados.

Porém, quando passam, várias vezes, corre-se o risco de as pessoas ficarem indiferentes. Haja contenção, em respeito às vítimas.

Os estados próximos a ONU e a União Europeia procuram encontrar entendimento entre as partes envolvidas para um cessar fogo.

Quer de um lado, quer do outro, não se nota vontade de parar. O Hamas, continua a lançar *rockets*, Israel continua a avançar com as suas tropas.

Este conflito tem décadas e vai continuar. Israel está a vencer militarmente o Hamas que, é apoiado pelo Irão. Nesta vitória Israel tem uma derrota. Cada vez mais, palestinianos e os povos vizinhos lhe têm mais ódio. Com ódio, não há caminho para a paz.

Medidas acertadas para enfrentar a crise

Cerca de 35 mil pequenas e microempresas já beneficiaram da redução em 3% da taxa social única, abrangendo 91 mil trabalhadores e mais de 11 mil trabalhadores passaram no último mês a activos com empregos de transição através de contratos de emprego/inserção. Estes foram os números avançados pelo primeiro-ministro no debate quinzenal realizado no Parlamento no passado dia 24 de Fevereiro.

REFERINDO-SE aos efeitos do programa «Iniciativa Emprego 2009», destinado ao combate da crise internacional, o primeiro-ministro recordou que neste momento cerca de 1800 trabalhadores estão já abrangidos pela formação profissional em período de redução de actividade da empresa, projecto que obriga, em simultâneo, como lembrou, que essas empresas “mantenham o nível de emprego e não efectuem despedimentos”.

A par desta iniciativa, adiantou ainda, cerca de três mil jovens estão presentemente a beneficiar de estágios profissionais, do mesmo modo que cerca de 11 mil desempregados estão igualmente activos em empregos de inserção.

Como salientou José Sócrates, esta última modalidade, para além de manter as pessoas activas e em contacto com o mundo do trabalho, abre ainda a possibilidade de aumentar e de melhorar o seu rendimento, para além de “lhes perspectivar novas possibilidades de contratos de trabalho definitivos”.

Na senda das diversas iniciativas que tem vindo a tomar de forma a enfrentar a crise internacional que está a afectar a economia, o primeiro-ministro lembrou ainda que uma outra

medida que o Governo tomou e que está a ter um impacto significativo na estabilidade quotidiana dos trabalhadores desempregados, refere-se ao prolongamento do período de subsídio social de desemprego, que, segundo a OCDE, coloca Portugal como o terceiro país onde a duração deste subsídio é maior.

Quanto à crise global, o primeiro-ministro defendeu que a estratégia de combate a desenvolver deve passar, “tal como o Governo sempre sustentou”, pelo reforço do investimento público, considerando que este é o caminho que “dá oportunidade às empresas e emprego à população”.

O que se pretende com esta solução, aliás seguida um pouco por todo o mundo, como lembrou o chefe do Executivo, é desenvolver “pacotes de investimento” que sejam capazes de responderem de forma célere às necessidades de animação da economia, criando por outro lado, soluções que permitam encontrar cenários de maior estabilidade para o sistema financeiro, mas também criando melhores condições de acesso ao crédito e respostas eficazes para as famílias mais carenciadas, aquelas que mais estão expostas à crise global.



Voltando-se para os partidos da oposição, sobretudo para o PSD, Sócrates deixou claro que o que qualquer povo exige ao seu Governo, sobretudo em circunstâncias de crise como aquela que o país atravessa, não é que “nos entretenhamos a descrever e a lamentar as dificuldades”, mas que “façamos alguma coisa para as combater”.

É por isso, defendeu, “que o país precisa de obra e o mais rápido possível”.

Plano Tecnológico

Intervindo no debate, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, depois de manifestar o seu apoio às políticas desenvolvidas pelo Governo no combate à actual crise global, recordou as reformas e as iniciativas legislativas aprovadas pelo Executivo, ao longo destes cerca de quatro anos, sem as quais, acrescentou, a actual crise e as muitas dificuldades que se estão a colocar ao nosso desenvolvimento, seriam infinitamente mais acentuadas.

Sublinhou a propósito o papel determinante que o

Plano Tecnológico tem vindo a assumir no equilíbrio no desenvolvimento do país, assim como a reforma empreendida na Segurança Social ou ainda, “só para citar algumas iniciativas do Governo” as medidas que deram corpo ao novo modelo de eficiência energética.

O apoio que tem sido dado, por outro lado, quer às pequenas e médias empresas (PME), quer às famílias mais carenciadas e aos desempregados, mereceram igualmente da parte de Alberto Martins uma referência especial, salientando o líder parlamentar socialista que a nova estratégia aprovada pelo Executivo, tem conseguido evitar “males maiores”.

Também o deputado Afonso Candal se referiu ao Plano Tecnológico como uma das mais importantes medidas assumidas pelo Governo, não deixando de referir, por outro lado, outras iniciativas “igualmente positivas” aprovadas pelo Executivo. É o caso, sublinhou, da inflexibilidade assumida na execução orçamental, ou no rigor introduzido na gestão das empresas. **R.S.A.**

Governo cria 299 novas salas para o pré-escolar

O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou o apoio à abertura de 13 mil novas vagas na rede do pré-escolar, passando este sistema de ensino a dispor, como garantiu, de “uma capacidade total” para receber todas as crianças com cinco anos de idade.

Recorde-se que no ano lectivo de 2007/2008, a nível nacional, apenas 77 por cento das crianças com três anos de idade conseguiram uma vaga no ensino pré-escolar, valor que subiu para 86 por cento em relação às crianças com quatro anos e para 96 no que respeita aos miúdos com cinco anos.

Sócrates falava na Fundação

Cidade de Lisboa, onde se deslocou para presidir à assinatura de 172 contratos para a construção de 299 novas salas destinadas ao ensino pré-escolar, iniciativa que deverá abranger aproximadamente 13 mil crianças, num investimento total calculado em cerca de 36 milhões de euros.

Na ocasião aproveitou para elogiar, não só as autarquias e as instituições de solidariedade social, com quem o Governo se prepara para avançar neste projecto, mas igualmente os executivos presididos por António Guterres, recordando que foi nestes que se deu início de forma sustentada a

este tipo de iniciativas.

“Grande parte do sucesso que o país teve na redução do nível de abandono escolar”, frisou José Sócrates, tem a ver com o facto de Portugal “ter feito esse investimento no pré-escolar na segunda metade da década de 90”.

Como também foi salientado na altura, esta iniciativa visa somente a abertura de vagas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, contribuindo assim, como garantiu o primeiro-ministro, para passar a taxa de cobertura pública do ensino pré-escolar destes dois territórios dos actuais 78 para 82%.

Na cerimónia estiveram ainda presentes os ministros da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, respectivamente Maria de Lurdes Rodrigues e Vieira da Silva, e ainda presidentes de câmaras municipais, designadamente António Costa, de Lisboa, Isaltino de Moraes, de Oeiras e Fernando Seara, de Sintra.

Na altura o primeiro-ministro sublinhou que o ensino pré-escolar “é fundamental para uma boa educação e para um sistema educativo moderno”, defendendo ainda que pode e deve constituir um “instrumento de combate às desigualdades sociais”. **R.S.A.**

Joana Lima, candidata à Câmara

“A força da mudança vai envolver a Trofa”

Políticas autárquicas de terceira geração, dinamização do comércio tradicional e dignificação dos Paços do Concelho são bandeiras centrais da candidatura socialista que conta com a força de Joana Lima para fazer da Trofa um concelho “promissor”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a candidata do PS critica o Executivo municipal de maioria laranja por ter hipotecado o futuro da Trofa, garantindo que se chegar à presidência da Câmara vai apostar na coesão territorial e social, promovendo activamente a participação dos munícipes na gestão autárquica.

O que a motivou a aceitar o desafio de ser a candidata do PS à presidência da Câmara de Trofa?

Os trofenses são a minha maior motivação. Servir a causa pública e paralelamente estar ao serviço dos meus conterrâneos, poder oferecer uma vitória ao PS e aos trofenses, é para mim um orgulho e uma grande honra. O PS, no seu todo, entende que eu sou a esperança, que eu protagonizo a mudança. Os trofenses e o PS já perceberam que a Câmara Municipal da Trofa (CMT) tem que mudar para bem da Trofa e dos trofenses.

Para mim é uma honra poder dar aos trofenses a oportunidade de mudarmos a política autárquica no nosso concelho. O imobilismo e o laxismo instalaram-se na CMT. O PSD já não tem soluções, já está num período de baixar os braços. As ideias estão esgotadas. A gestão da Câmara é uma gestão de rotina sem ideias.

Sente-se motivada para protagonizar a mudança na Câmara Municipal de Trofa?

Sinto que, com a ajuda dos trofenses, estou em condições de fazer essa mudança. Os projectos que estão no terreno no concelho, são projectos do Governo socialista que enquanto deputada tudo tenho feito para que sejam uma realidade. E hoje são.

Este Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, teve uma atitude muito correcta e muito justa com a Trofa. A variante ferroviária já é uma realidade, foi consignada a segunda fase no valor de 23,5 milhões de euros. É a prova do trabalho realizado no concelho por este Governo.

O investimento total desta obra será da ordem dos 65 milhões de euros, e estará pronta em Maio de 2010.

Todo o processo de adjudicação e concretização de uma obra desta natureza só é possível se houver vontade política, vontade essa materializada pelo Governo do Partido Socialista.

O Metro e a Variante EN 14 são obras para iniciar e concretizar dentro de três anos. Os cinco projectos PARES aprovados e alguns já realizados na Trofa na

área social.

Enquanto deputada eleita pelo Partido Socialista sempre sensibilizei o Governo para a necessidade e a importância destas infra-estruturas no nosso concelho, e elas aí estão – hoje são uma realidade, e não só uma vontade.

O facto de se candidatar obriga-a a alterar a sua actividade política na Trofa?

A minha postura em relação a Trofa sempre foi a mesma. Os trofenses conhecem-me bem. Sabem que podem contar sempre comigo. Sabem que não volto as costas ao trabalho. Lutei, lutarei e trabalharei no sentido de alcançar os objectivos propostos pelo PS, e farei tudo para que os trofenses vejam em mim o que realmente sou, uma mulher com vontade de vencer, de trabalhar e ajudar o próximo, sobretudo os munícipes.

Quais são, na sua opinião, as principais prioridades para o concelho?

São as pessoas. Comigo à frente da CMT nada será decidido nas costas dos trofenses. Todos os trofenses têm que se sentir representados. Todos os trofenses têm que estar incluídos no nosso projecto. Nenhum trofense será dispensado de participar activamente na construção de um concelho promissor.

Comigo na Câmara da Trofa os trofenses terão uma palavra a dizer, serão chamados a dar opiniões, a debaterem os assuntos que em dado momento sejam importantes para o desenvolvimento e bem-estar do nosso concelho.

Temos na Trofa gente capaz, muito competente, gente com condições de dar o melhor à sua terra. Vamos envolvê-las num projecto global para a Trofa, não as deixaremos de fora. A Trofa precisa de todos, e comigo à frente da autarquia da Trofa nunca ninguém será dispensado, serão sempre chamados a participar.

A força da mudança vai conseguir envolver a comunidade trofense para que todos saiam a ganhar.

Quais são as propostas centrais do seu Programa Eleitoral Autárquico?

Aos mais vários níveis: coesão territorial e social, envolvendo as oito freguesias no acompanhamento do projecto global. Reunir um conjunto de individualidades, de preferência do concelho, altamente preparadas e motivadas para pôr em prática o projecto, estendendo estas ligações a todas associações e colectividades, chamando-as a participar, incluindo assim todos os trofenses nas decisões.

Dinamizar o comércio tradicional vai ser uma prioridade. Dar-lhe o lugar que merece no contexto económico da Trofa. Temos um forte comércio tradicional que vive com dificuldades e nada foi feito nestes dez anos para alterar essa situação. Os comerciantes conhecem-me e sabem que podem contar comigo. Estes são apenas alguns exemplos que podemos apresentar de como está a ser mal gerido o nosso concelho.

E quais vão ser as suas principais bandeiras políticas?

As políticas autárquicas de terceira geração. Para mim e para o PS, as pessoas estão em primeiro lugar, não obstante de ter que colocar o concelho da Trofa na senda do progresso ao nível das mais variadas infra-estruturas. Os Paços do Concelho, dez anos passados, continuam sem uma “Sala de Visitas” com a grandeza que os trofenses merecem e têm direito.

Que balanço faz da gestão do Executivo laranja que ainda governa a Trofa?

A gestão do PSD está completamente gasta, sem ideias nem motivação, pondo em causa e hipotecando o futuro da Trofa. Espero que o PSD termine o seu mandato com dignidade e serenidade para bem da Trofa e dos trofenses.

Com que trunfos conta a sua candidatura nesta batalha pela conquista a presidência da Câmara da Trofa?

O maior trunfo é o mau trabalho

do PSD, que faz com que a população da Trofa reivindique uma mudança nas próximas eleições autárquicas. Eu acredito que tenho condições para dar essa alegria aos trofenses e ao PS.

No distrito do Porto, sete dos 18 concelhos são geridos por Executivos municipais de maioria PS. Em seu entender, estão criadas condições para alargar o leque de autárquicas socialistas este ano?

O PS tem muito bons candidatos, logo está à altura de alterar o panorama político no distrito do Porto.

Se for eleita presidente da Trofa, vai descentralizar competências para as juntas de freguesia?

Obviamente que sim. Sou absolutamente a favor da desconcentração em todos os seus patamares. Por isso também sou claramente a favor da regionalização.

A Trofa merece esta alteração política, contem comigo.



OPINIÃO

ALBERTO ANTUNES
Deputado do PS

Foi comovente constatar os olhos sofridos de centenas, senão milhares, de crianças e idosos entregando as suas senhas para, em troca, receberem uma limitada quantidade de um reduzido leque de produtos alimentares, cuja entrada havia sido previamente autorizada pelas autoridades israelitas

MÉDIO ORIENTE UM FUTURO DE PAZ E PROGRESSO

PERCORRI, nos passados dias 22, 23, 24 e 25 de Fevereiro, as cidades do Cairo, Gaza, Jerusalém, Ramallah e Amman.

O objectivo essencial da viagem era visitar a zona da Gaza, atingida pelo recente conflito e falar com os dirigentes das Nações Unidas, responsáveis pelo auxílio alimentar, em Gaza e dialogar com os dirigentes israelitas e palestinos, propondo-lhes a substituição da guerra pela solução pacífica do conflito.

A experiência foi, a um tempo, impressionante e absorvente.

A missão que integrei foi decidida pelo bureau da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, adiante designada APEM, no passado 29 de Janeiro que avançou uma proposta de delegação constituída pelo bureau alargado, ou seja, o Presidente, os três vice-presidentes e os presidentes das comissões permanentes.

Não participaram, por razões pessoais ou políticas na delegação, os três vice-presidentes e a presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres.

A missão, dirigida por Hans Gert Pottering, na dupla qualidade de presidente do PE e presidente da APEM, era ainda constituída pela eurodeputada francesa Toqui Saifi, presidente da Comissão Política, pelo deputado egípcio Mohamed Abu El-Einen, presidente da Comissão de Economia e pelo deputado grego Salagoudis, presidente da Comissão de Energia e Ambiente e por mim, na qualidade de presidente da Comissão de Cultura.

Entrámos em Gaza, via Egipto, pela fronteira de Rafah, onde fomos recebidos pelos dirigentes da UNRWA e por autoridades locais

A primeira etapa da nossa viagem, na faixa de Gaza, foi o centro de distribuição de ajuda alimentar, em Rafah.

Foi comovente constatar os olhos sofridos de centenas, senão milhares de crianças e idosos entregando as suas senhas para, em troca, receberem uma limitada quantidade de um reduzido leque de produtos alimentares, cuja entrada havia sido previamente autorizada pelas autoridades israelitas.

Enquanto estes aguardavam ansiosamente a sua vez de atendimento, outros aguardavam pacientemente em carroças de tracção animal ou num ou noutro veículo, a cair de podre, as quantidades respectivas destinadas a famílias ou a outros centros de distribuição.

Percorremos, depois, as ruas de Rafah onde pudemos observar inúmeros edifícios bombardeados pela aviação e tropas terrestres israelitas, totalmente destruídos, enquanto numerosos grupos de jovens vinham ou se dirigiam às suas escolas.

De todos os edifícios, objecto dos ataques israelitas, dois mereceram a nossa visita mais demorada, a saber:

- O hospital do Crescente Vermelho, junto do qual funcionava o Centro Cultural e o jardim-de-infância, igualmente atingidos.

- Uma imensa nave, construída com fundos doados pela UE, Itália e Suécia e que continha alimentos e medicamentos e cuja cobertura se abateu na sequência de bombardeamentos.

Depois de uma troca de impressões com os responsáveis das Nações Unidas, nomeadamente com a comissária-geral, senhora Karen Abu Zayad, que nos fez um *briefing* sobre a forma como a UNRWA procedia à distribuição de bens e alimentos e as dificuldades que sentiam, no terreno, para levar a cabo esta missão.

Revelaram-nos que, presentemente, a ajuda humanitária abrange 88% da população residente na zona.

Possuíam quantidades suficientes de alimentos e medicamentos, mas encontravam dificuldades no seu transporte e chegada a Gaza, por dificuldade de articulação com as autoridades israelitas.

Por outro lado, embora dispusessem de stock de bens, o leque de produtos cuja entrada é autorizada por Israel era reduzido e implicava restrições incompreensíveis que, depois, se traduziam em carências na cobertura alimentar, médica ou na educação dos jovens palestinos.

Percorremos, depois, o espaço que separa

Rafah de Gaza, na caravana automóvel que as Nações Unidas colocaram à disposição da missão, observando as habitações destruídas e o mau estado das infra-estruturas viárias e de saneamento e abastecimento.

Nas proximidades da cidade de Gaza, visitámos a área industrial de Bi-Zeitoun e uma escola de formação profissional americana e as habitações aí localizadas, as quais se encontravam literalmente arrasadas.

Aí falámos com alguns empresários locais que nos relataram a situação das respectivas indústrias, incluindo o facto de algumas terem sido desenvolvidas com financiamentos concedidos por instituições de Israel.

Entrámos, depois, em Israel, pela fronteira de Eretz, sendo recebidos pelo presidente da Câmara de Sderot, que nos mostrou os mísseis que habitualmente costumam cair, na cidade, semeando o pânico e atingindo pessoas e bens.

Em Jerusalém contactámos com os principais responsáveis políticos israelitas, designadamente Presidente da República, Shimon Perez, primeiro-ministro, Ehud Olmert, ministro dos Negócios Estrangeiros, Tzipi Livni e o primeiro-ministro designado, Bejiamim NetanYahu.

Nestas reuniões tivemos oportunidade de exprimir o ponto de vista da delegação e que se resume na necessidade de se encontrar uma solução pacífica e negociada do conflito e a possibilidade da coexistência de dois Estados, lado a lado, que se respeitem e permitam, às respectivas populações uma vida em condições dignas e humanas e com segurança.

Em Ramallah contactámos o primeiro-ministro Palestino, Salam Fayad, com quem trocámos demoradas impressões

Estabelecemos, ainda, contactos com uma delegação alargada do Conselho Legislativo Palestino a quem transmitimos o nosso desejo de ver um Governo que represente a totalidade da população da palestina e fosse simultaneamente um interlocutor efectivo para o lançamento do diálogo entre os dois Estados e que estes pudessem conviver pacificamente lado a lado, respeitando-se mutuamente.

Tal, como já referi, abordámos a solução de um futuro de paz, na região e da dignidade e segurança de todos os cidadãos.

Foi uma missão que concluiu os seus trabalhos em Amman, já com a presença do vice-presidente da APEM e presidente do Parlamento Jordano, Abdel-Hahi Majali.

Participei nesta missão com a natural avidez de quem deseja observar os nefastos resultados do mais longo conflito do globo, tentando, junto das respectivas populações e autoridades, perceber as razões profundas do mesmo e com o objectivo de descartar as hipóteses possíveis de uma solução digna.

A conferência de doadores que, no dia 2 de Março, se realizou em Charm-El-Cheik e que contou com a presença da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, continuou o trabalho que a nossa missão iniciou e deixa-nos com expectativas moderadamente optimistas.

Apesar das dificuldades e obstáculos que encontramos, no terreno, abrem-se hoje, perspectivas de esperança para a reconstrução de Gaza e o lançamento das bases de uma solução de paz duradoura e estável.

A mudança de atitude da administração americana parece orientar-se no bom sentido.

Mas, a UE, e, em particular, a Internacional Socialista com a sua história, devem acompanhar ou, até, antecipar os passos que estão a ser dados.

É necessário não esquecer a delegação da IS, em 1977, liderada por Mário Soares, quando visitou Yasser Arafat, na Palestina. Mas, também os seus esforços e a pressão que fez junto do malgrado Ytzak Rabin para a negociação de um acordo de paz, passando pelo envolvimento de Olof Palm e os acordos de Oslo.

Tal como o papel desempenhado por Jorge Sampaio enquanto alto representante das Nações Unidas para o diálogo de civilizações e o trabalho que, com persistência, tem vindo a desenvolver com personalidades e parceiros da sociedade civil.

Socialistas debatem políticas de desenvolvimento para Leiria



INSERIDA no programa autárquico, a Concelhia do PS de Leiria promoveu mais uma conferência aberta sobre “Políticas de Desenvolvimento”, iniciativa que contou com uma alarga assistência e que teve como principais oradores José Cadima Ribeiro, economista e investigador, e José Ribeiro Vieira, empresário e director do “Jornal de Leiria”.

Neste encontro foram debatidos vários temas sobre os diversos indicadores de desenvolvimento registados nesta região e constantes no relatório da OCDE, no que concerne à NUT do Pinhal Litoral, considerada uma região intermédia, nomeadamente no que respeita à densidade populacional.

Neste relatório defende-se que pelas características de toda esta vasta zona, só um trabalho articulado com os vários núcleos urbanos e empresariais “poderá criar a dimensão de forma a tornar a região mais competitiva”.

A importância dos territórios, dos seus recursos e capacidades, na perspectiva dos socialistas de Leiria, “são essenciais para o desenvolvimento”, embora reconheçam, por um lado, que nos últimos anos a região conseguiu fixar população, por outro lado, este dado, dizem, em nada ajudou ao aumento da produtividade “que não apresentou bons índices de desempenho”.

Para os responsáveis do PS/Leiria, para além de faltar uma articulação institucional que potencie os recursos existentes e abra novas áreas onde se tornem possíveis ganhos de produtividade, regista-se um investimento insuficiente nas áreas de investigação científica e tecnológica, áreas que seriam capazes, defendem, só por si, de “suportar o desenvolvimento nesta região”.

Por outro lado, acrescentam ainda, o poder político local, entregue ao

PSD, “não tem sabido concretizar projectos de cooperação” ou sequer de ter uma visão estratégica “promotora de novos desenvolvimentos” mostrando ainda uma assinalável incapacidade para “consolidar os investimentos relativos aos agentes já existentes”.

A este propósito, os socialistas de Leiria recordam que a indústria na região esbarra muitas vezes com o que classificam de “burocracia e incapacidade de resposta do Executivo autárquico” dirigido pelo PSD, nomeadamente quando se trata da instalação de novas indústrias.

Na opinião dos socialistas, a Câmara Municipal tem de mostrar capacidade, não só para captar investimento tecnológico, “indispensável à projecção futura de um município moderno e capaz de enfrentar os desafios do século XXI”, mas igualmente estar aberta a favorecer os “saldos qualitativos” através do investimento direccionado para a “superação dos entraves e carências do concelho”.

Ao contrário do que tem sido a prática da gestão do PSD, os socialistas de Leiria defendem que a autarquia tem o “dever de promover um clima favorável ao diálogo institucional” e ao desenvolvimento dos projectos de cooperação, nomeadamente através das instituições de ensino, empresas e associações empresariais.

“Precisamos de mais eficiência e de mais capacidade institucional”, defendem os socialistas de Leiria, em torno de projectos que possam representar “ganhos comparativos”, já que o futuro de toda esta região, como defendem, passa pela capacidade que a cidade de Leiria e o distrito venham a ter para criar e recriar as condições adequadas para um “franco desenvolvimento” e para a captação de investimentos de alto valor incorporado. **R.S.A.**

Teresa Almeida, candidata à Câmara

“Quero ajudar Setúbal a voltar a ter o protagonismo e o progresso que merece”

“O PS nunca baixará os braços perante os problemas e as crises que os setubalenses enfrentam”, garante Teresa Almeida. Em entrevista ao “Acção Socialista”, a candidata do PS à presidência da Câmara de Setúbal arrasa a gestão de oito anos do PCP, responsável, entre outras malfeitorias, pela “pior situação financeira de sempre” da edilidade, e manifesta-se empenhada em trabalhar com “rigor” e “transparência” para que Setúbal volte a ter “o protagonismo e o progresso que merece”. Nos primeiros cem dias, garante, o PS preocupar-se-á em fazer o saneamento financeiro da autarquia para estruturar um roteiro de medidas, tendo em vista a racionalidade dos investimentos do município sadino.

De que forma vai promover a união de todos os socialistas de Setúbal para a difícil batalha eleitoral da conquista da Câmara?

Gostava de evidenciar a forma elevada como decorreu todo o debate e a votação que conduziu à escolha desta candidatura à Câmara Municipal de Setúbal. Os militantes socialistas levaram a cabo um bom debate de opções para o concelho. Estou certa de que estaremos unidos e coesos e que conseguiremos todos entusiasmar os setubalenses a retomar o caminho do desenvolvimento de Setúbal. Temos uma enorme responsabilidade em mãos e os setubalenses esperam soluções e alternativas à gestão errática do PCP.

Quais os principais problemas que identifica no concelho?

Estou profundamente preocupada com os elevados índices de pobreza, com a degradação a que chegaram os nossos bairros sociais e os aumentos previsíveis do desemprego face à crise económica mundial. Temo que o tecido empresarial precise de ajuda do Estado para ultrapassar as suas debilidades e insuficiências actuais.

Os eleitos do PCP na Câmara de Setúbal estão nitidamente sem capacidade de percepção da realidade local, mas o pior é que parecem resignados com a situação. Com esta candidatura, o PS nunca baixará os braços perante os problemas e as crises que os setubalenses enfrentam.

Que balanço faz da liderança da CDU no município?

O PCP usa slogans de democracia participada que não correspondem à prática política dos seus eleitos. O PCP pratica uma gestão distanciada dos cidadãos e segue uma agenda política que se afasta dos problemas reais das pessoas.

O PCP tem uma retórica e um discurso teoricamente de grande intervenção social. No entanto, não podemos deixar de ficar desapontados com a ausência de

políticas sociais ou de medidas de apoio aos estratos mais carenciados da sociedade. Não foi elaborado um plano que responda à crise que o concelho enfrenta, não foram tomadas medidas de amparo aos mais desfavorecidos. Esta omissão política do PCP demonstra que os seus eleitos ainda não compreenderam verdadeiramente as necessidades dos setubalenses.

O PCP não tem uma única obra de referência que seja digna de registo nos últimos oito anos de gestão na Câmara de Setúbal e revela uma enorme incapacidade de estruturar uma visão estratégica para o Concelho e de planear a modernização do Concelho.

Mas o que é verdadeiramente incompreensível é como a gestão do PCP não tendo política social, não deixando obra feita e não tendo estratégia, mesmo assim é responsável pela pior situação financeira de sempre da Câmara Municipal.

Os setubalenses de todos os quadrantes e sensibilidades são unânimes em considerar que estamos hoje pior do que estávamos há oito anos atrás. E sentem-se desrespeitados pelo facto de não saberem ainda hoje a razão da renúncia forçada pelo PCP de um presidente e de um vereador do urbanismo que tinham sido eleitos meses antes com os seus votos.

Quais as principais bandeiras que o PS vai apresentar para voltar a ganhar a autarquia?

O Partido Socialista deve apostar na retoma da confiança e autoestima dos setubalenses. O concelho de Setúbal deve ser capaz de projectar o seu potencial e saber traduzir as suas vantagens competitivas num real progresso para os seus cidadãos. Não basta que os poderes públicos se empenhem nesta tarefa, precisamos da sociedade e dos cidadãos setubalenses. Temos o dever de promover a valorização do nosso território e otimizar os nossos recursos e de perseguir o desígnio da desburocratização e modernização dos serviços mu-



nicipais. Temos de disciplinar os gastos municipais e saber tomar as opções de investimento racionais com retorno social e económico. Queremos que esta estratégia esteja bem presente no contrato social que desejamos assumir com os setubalenses.

Quais as principais áreas de intervenção que vão ser prioritárias no programa eleitoral do PS?

Temos de ser capazes de mobilizar os melhores quadros socialistas e independentes para discutir e elaborar um programa com as opções eleitorais e políticas que implementaremos na Câmara Municipal. O nosso programa tem de se adequar à realidade de Setúbal e responder às necessidades e anseios das populações. Os cidadãos podem esperar do Partido Socialista respostas locais que passam pela área da inclusão social dos desfavorecidos e dos idosos e valorização da rede social, educação, políticas municipais de segurança, incentivo à fixação de jovens através de políticas de habitação e arrendamento adequadas e incentivo a uma renovação e modernização comercial.

Tendo a Câmara de Setúbal um elevado nível de endividamento, como pensa atacar este problema?

Como já referi, a Câmara de Setúbal atravessa a pior situação financeira de sempre. A gestão financeira do PCP em Setúbal foi

considerada pela Câmara de Técnicos Oficiais de Contas como uma das piores do país e as informações que são públicas demonstram que o contrato de reequilíbrio financeiro está longe de ser cumprido. Temos um quadro de pessoal cada vez maior e as avenças multiplicam-se para os militantes do PCP.

Por isso, nos primeiros 100 dias de governação municipal, o PS tem de se centrar na elaboração de um plano que estruture uma rigorosa intervenção ao nível financeiro. É com esse roteiro de medidas que orientaremos as nossas opções de regularização de dívidas a fornecedores, a racionalidade dos investimentos e da despesa do município.

Qual vai ser o posicionamento da Câmara de Setúbal liderada por socialistas face a um Governo PS?

Deste ou de outros governos esperamos sempre respeito institucional face a Setúbal e aos setubalenses. Este Governo do PS tem programados investimentos públicos e tem incentivado a fixação de interesses privados para a região de Setúbal e que eu temo que não tenham tido interlocutores válidos na Câmara de Setúbal. Por exemplo, a previsão de investimentos turísticos nos concelhos do Litoral Alentejano não foi preparado pela gestão do PCP na Câmara de Setúbal. Continuamos sem ter serviços que complementem a oferta

turística de que falei atrás e sem ter uma Escola de Hotelaria digna de Setúbal. A frente ribeirinha de Setúbal continua sem ser recuperada, pelo que temos de trabalhar com o Governo e a APSS no sentido de devolvê-la ao usufruto dos setubalenses.

O novo aeroporto e a plataforma logística do Poceirão são exemplos de como podemos vir a recuperar importância e centralidade. Mas para tal precisamos de estar preparados e de ter capacidade para sermos interlocutores dos investidores e do Governo. Os eleitos do PCP não tiveram a mínima capacidade para dialogar com os Governos e com os privados.

Os governos podem esperar de uma Câmara PS e de mim própria uma cooperação leal, sempre que os objectivos comuns passem pela defesa dos interesses do concelho de Setúbal.

O que podem esperar os municípios sadinos de Teresa Almeida, presidente da Câmara?

Os setubalenses podem esperar de mim empenho, uma enorme vontade de trabalhar com rigor e transparência para Setúbal. Vivo há muitos anos em Setúbal e tenho dedicação a esta terra, ao rio e à serra, conheço as pessoas e os grandes símbolos do concelho.

Acho que tenho condições para ajudar Setúbal a voltar a ter o protagonismo e o progresso que merece.



MIGUEL GINSTAL
Deputado do PS

Prioridade às políticas urbanas e rurais, que devem ser complementares, porque os centros das cidades e as aldeias padecem da mesma doença, desertificação humana

NOVAS POLÍTICAS MUNICIPAIS, PARA VENCER A CRISE

ESTAMOS a meia dúzia de meses das eleições autárquicas. Tempo para fazer uma reflexão sobre o que tem sido o poder local democrático, em Portugal, e que novo papel cabe aos autarcas no presente...a pensar nos desafios do futuro.

O mundo atravessa uma crise financeira, que teve por resultado uma crise económica que ameaça, por efeito dominó, descambar numa crise social à escala global.

Nunca como hoje, é tão necessário agir local e pensar global.

Por isso defendo que, nunca como hoje, cabe aos autarcas um papel activo na dinamização de soluções locais, para ajudar as famílias e as empresas, nos tempos difíceis que estamos a viver.

É para mim inaceitável manter orçamentos municipais sobrevalorizados, indiferentes às políticas sociais, focalizados em obras de fachada, impotentes para satisfazer as necessidades básicas das populações de que o saneamento básico é exemplo.

É para mim inaceitável manter orçamentos municipais baseados na sobrefiscalidade autárquica, com taxas elevadas no IMI, na Derrama, na recusa obstinada em corrigir e baixar a taxa máxima do IRS concelhio, com tabelas de taxas, licenças e serviços municipais determinadas pela lógica da receita máxima.

É para mim inaceitável que, sendo o principal desafio que a todos deve mobilizar, o resolver e ultrapassar a crise, se persista na política do alcatrão e do betão míope ao investimento reprodutivo, insensível às dificuldades das famílias e das empresas.

É este o absurdo de Viseu. Face à crise económica, face ao desemprego adequa-se o discurso à “preocupação social”, mas teima-se no obreirismo eleitoral, deixando as pessoas e os seus problemas na penumbra.

Para vencer a crise, em alternativa, prefiro um Concelho conhecido pela qualidade das suas escolas, mais do que pela quantidade das suas rotundas. Prefiro a construção de Centros Escolares a obras de *lifting* eleitoralista. Prefiro um município amigo dos idosos, 365 dias por ano, e não amigo apenas meia dúzia de dias, para bailes e viagens, que devem acontecer, não a título avulso, por conveniência, mas integradas em políticas sociais, consequentes e sustentadas no tempo. Alguém compreende que Viseu, capital de distrito, não tenha ainda uma Unidade de Cuidados Continuados e que tenha sido o último município do país a aderir à Rede Social?

Prioridade às políticas urbanas e rurais, que devem ser complementares, porque os centros das cidades e as aldeias padecem da mesma doença, desertificação humana.

É preciso voltar ao centro das cidades. O centro da cidade precisa de reabilitação do património edificado, criação de bolsas de habitação a custos controlados, melhor mobilidade, apoio ao comércio tradicional e serviços públicos, promoção turística do centro histórico, precisa de ritmo urbano permanente.

O concelho precisa de um PDM revisto, justo e equilibrado, que ordene de forma harmoniosa o desenvolvimento urbano do nosso território. Os bairros periféricos precisam de pequenos Polis que valorizem a qualidade de vida das pessoas, com mais espaços verdes, para lazer, desporto e parques infantis.

Finalmente, as novas políticas municipais são indissociáveis do ambiente, com melhor uso da água pública nos jardins municipais, rede de águas e esgotos em todo o lado, linhas de água limpas, combate às lixeiras a céu aberto e às descargas poluentes, menos carros dentro da cidade com maior e melhor uso do transporte público.

O tempo das políticas municipais de betão, não reprodutivo, dos discursos da frivolidade, dos orçamentos ricos e faustosos já lá vai... Em tempo de crise, são as pessoas que devem ser o centro das políticas municipais.

É sobretudo isso que vai estar em causa nas próximas autárquicas. É tempo de escolher políticos que propõem políticas que ajudam as famílias e as empresas. Políticos que olham menos para o betão porque têm mais coração.

INICIATIVA

Socialistas de Vila Real contestam medidas propostas pelo PSD

O ANO de 2009 vai continuar a ser marcado pela crise internacional, que na perspectiva dos eleitos socialistas deste concelho transmontano não é apenas conjuntural, mas, pelo contrário, “verdadeiramente estrutural”.

Perante esta realidade, que implicará consequências financeiras, económicas, políticas e sociais, “com uma amplitude ainda desconhecida”, as autarquias locais, enquanto órgãos de poder mais próximo dos cidadãos, têm a enorme responsabilidade de, dentro das suas competências, “serem socialmente solidárias”.

Neste sentido, os eleitos do PS contestam as propostas apresentadas pela Câmara de Vila Real, condensadas no “Plano Municipal de combate à crise”, e cujas medidas pretendem que os tarifários da água, da recolha e tratamento das águas residuais e resíduos urbanos, bem assim como em relação às respectivas taxas, passem a ser serviços “pagos directamente pelas famílias, pelas empresas e demais instituições”.

O PS mostra-se contrário a esta pretensão dos autarcas do PSD, recordando que com a crise a atingir fortemente os orçamentos familiares, um dos apoios impor-



tantes que podem ser prestados, não é aumentar as despesas, mas “diminuir os encargos mensais às famílias”.

Até porque os valores pagos por estes serviços no concelho de Vila Real acrescentam ainda os socialistas, “são altíssimos e desproporcionais em relação aos praticados nos municípios vizinhos”.

Com efeito, lembram, o valor médio pago em Vila Real está entre os cerca de 30 e 300% acima do valor pago nos demais concelhos

do distrito, facto que levou já o PS a apresentar na Assembleia Municipal uma moção para que esta deliberasse no sentido de obrigar o Executivo camarário a rever o valor a pagar pelos consumidores, quer no que respeita ao consumo de água, quer no que concernem às taxas relativas ao tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos urbanos, de forma a fazê-las corresponder, como defendem, “ao valor médio praticado nos restantes municípios envolventes”. **R.S.A.**

Câmara de Torres Vedras isenta comerciantes de taxas

COMO estímulo à revitalização do pequeno comércio, a Câmara de Torres Vedras decidiu isentar os comerciantes do pagamento de taxas relativas à publicidade dos estabelecimentos.

Os lojistas estarão isentos do pagamento da taxa de publicidade, de cerca de 200 euros por cada estabelecimento, durante 2009 e 2010.

O presidente da edilidade, o

socialista Carlos Miguel, afirmou que se trata de “um contributo que está ao alcance da autarquia e que visa minimizar a crise”, reduzindo os encargos das pequenas e médias empresas.

O autarca do PS disse que além desta medida, a Câmara tem procurado “formas de animar e trazer mais movimento às ruas da cidade”.

O município aprovou ainda

uma proposta que elimina a taxa de ocupação do espaço público aos comerciantes que têm esplanadas.

Neste caso, explicou Carlos Miguel, a isenção só é atribuída se os comerciantes “utilizarem mobiliário urbano que tenha o mínimo de qualidade, o que melhora a vivência urbana da cidade”.

Segundo a autarquia, as isenções implicarão uma perda de receita anual de 270 mil euros.

Câmara de Matosinhos investe 15 milhões na reabilitação do parque habitacional

UM GRANDE investimento de 15 milhões e 800 mil euros até 2012 vai ser realizado pela Câmara de Matosinhos na reabilitação de 15 conjuntos habitacionais do concelho.

O anúncio foi feito pelo presidente da edilidade, o socialista Guilherme Pinto, no decorrer de uma visita às obras de reabilitação do do Bairro da Caixa Têxtil, orçadas em 300 mil euros.

“A reabilitação deste conjunto habitacional representa uma pequena parte de um património que urge recuperar, estando in-

cluída num projecto muito mais vasto”, considerou o autarca do PS.

Guilherme Pinto apresentou no local as candidaturas ao Prohabita, um programa de financiamento para acesso à habitação que visa a resolução de situações de carência habitacional.

“É um sinal que queremos dar aos arrendatários de que não estão sozinhos neste processo de manter os fogos em boas condições”, sublinhou.

Segundo Guilherme Pinto, apesar das pequenas obras de

conservação efectuadas periodicamente pela autarquia, é necessário realizar “uma reabilitação mais profunda quer nos fogos quer nos espaços comuns aos próprios edifícios, no sentido de dotar as habitações de melhores condições de habitabilidade, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida dos nossos arrendatários”.

Com esse objectivo, foram candidados ao Prohabita um total de 15 conjuntos habitacionais municipais, cujas empreitadas deverão ficar concluídas até 2012.

Helena Terra, candidata à Câmara de Oliveira de Azeméis

“Temos uma estratégia de desenvolvimento sustentado para o concelho”

Um projecto “credível, assente numa estratégia de desenvolvimento sustentado” do concelho, é o que promete a candidata socialista Helena Terra à presidência da Câmara de Oliveira de Azeméis, salientando que “o PS é, neste momento, “a única força capaz de fazer acalantar o sonho de recuperação do orgulho oliveirense”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Helena Terra refere ainda que há “uma inabalável vontade de mudança” para pôr termo a três décadas de “gestão desastrosa e ruínoza” do PSD no concelho, onde, lamentavelmente, “está quase tudo por fazer”.

Que significado atribui ao facto de a Concelhia do PS ter aprovado por unanimidade o seu nome para ser candidata à presidência da Câmara de Oliveira de Azeméis?

É a manifestação de força que o PS de Oliveira de Azeméis quer atribuir a esta candidatura. Uma candidatura que é querida pelos militantes socialistas do concelho e também por uma massa expressiva de oliveirenses, que, não obstante não lhes ser conhecida nenhuma militância partidária, ao longo do mandato autárquico em curso, têm vindo a manifestar o seu total descontentamento com o “status quo” que se vive no concelho que tem como único responsável o PSD que há mais de três décadas tem feito uma gestão desastrosa do nosso concelho.

Quais os principais trunfos que o PS tem para conquistar a autarquia?

Um projecto credível, assente numa estratégia de desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis, projecto que tem vindo a ser sustentado, com actividade política no terreno, que é muito vasto e diversificado, e que tem vindo a ser pensado em conjunto com os nossos empreendedores, com os principais agentes do nosso tecido produtivo, com o riquíssimo movimento associativo e com os municípios em geral, que são a grande mais-valia desta terra. Isto tudo, aliado à inabalável vontade de mudança que se sente como necessária, que eu partilho e que por isso protagonizarei. O PS é, neste momento, a esperança dos oliveirenses num futuro melhor, a única força capaz de fazer acalantar o sonho da recuperação do orgulho oliveirense e o grande motor, capaz de devolver a Oliveira de Azeméis um lugar dianteiro no pelotão do desenvolvimento da região em que nos inserimos, que é nosso por direito próprio e que apenas a inércia do PSD nos fez ir ficando para trás.

De que forma é que pensa envolver os militantes e simp-

tizantes socialistas, bem como personalidades independentes nesta batalha, nomeadamente na elaboração do programa eleitoral?

Este é um trabalho que vem sendo feito, desde o dia seguinte às últimas eleições autárquicas, de forma regular e ininterrupta. Temos vindo a fazer visitas a todas as freguesias do nosso concelho, que são 19. Temos vindo a levar a cabo um programa de jornadas concelhias mensais, em que dedicamos cada um dos meses a cada uma das várias temáticas de maior interesse num e para um concelho como o nosso; ao longo de cada um dos meses, fazemos um conjunto de visitas temáticas, consoante o assunto mensal que orienta cada um dos meses, e no final do mês, partindo das conclusões que estas visitas nos têm permitido tirar, temos organizado conferências de debate público, com oradores convidados, especialistas nas várias áreas em debate. Já abordámos as seguintes temáticas: educação e acção social; juventude e associativismo; empreendedorismo e zonas industriais; ambiente; e ordenamento do território e construção de cidades.

É pois de forma proactiva que temos estado na nossa comunidade e é desta forma que temos vindo a envolver a comunidade naquilo que serão as opções políticas que, nas próximas eleições autárquicas apresentaremos a sufrágio.

O que podem esperar os municípios de Helena Terra, presidente da Câmara?

Uma nova forma de exercício do poder. Uma nova cultura política. Ambição. Determinação. Imaginação e trabalho, trabalho, trabalho...

Quais as principais prioridades em que vai assentar o programa socialista para a Câmara?

Oliveira de Azeméis tem muito por fazer; lamentavelmente quase tudo. Temos uma baixíssima cobertura de rede de água e saneamento e do pouco saneamento que temos,

apenas cerca de metade é objecto de tratamento; apesar do riquíssimo tecido industrial que é a nossa principal fonte de riqueza não temos uma única verdadeira zona industrial; Temos o Plano Director Municipal em Revisão há já cinco anos. Não temos um único plano de pormenor. Não temos ainda um plano de urbanização da cidade, apesar desta completar bodas de prata este ano. Temos os vários serviços municipais dispersos por vários edifícios, sendo que um deles é próprio e os outros são tomados de arrendamento e representam uma despesa fixa mensal de grandeza incomportável. Dos quatro centros escolares, apontados na nossa carta escolar, apenas dois deles já viram a obra iniciada, sendo que, na própria cidade, temos crianças do 1º ciclo do ensino básico a ter aulas em contentores. Temos um núcleo histórico urbano a reclamar intervenção urgente. Não temos um Centro Coordenador de Transportes. Temos uma rede viária no concelho que não facilita a confluência das populações das freguesias mais afastadas da sede do concelho ao seu centro. Somos um município dos mais endividados destes pais, o primeiro a ser tido pelo Tribunal de Contas em situação financeira estrutural grave.

Estes são os principais desafios com que nos confrontamos. Todos

estas “inexistências” são promessas velhas e sucessivamente adiadas, que nos proporemos colmatar, não num mandato de quatro anos, porque não somos irresponsáveis. Sendo certo que, para que isto seja possível, é imperioso e urgente que consigamos devolver ao nosso município o mínimo de credibilidade financeira, enquanto parceiro de negócio e ente de bem, características de que, hoje, o município de Oliveira de Azeméis não goza.

Que balanço faz da liderança do PSD no município?

Liderança desastrosa, a única responsável pela gestão ruínoza que conduziu o nosso município à situação financeira grave em que hoje se encontra.

Na sua opinião, quais os principais problemas com que se debate o concelho?

Os problemas com que o concelho se debate são todos aqueles que referi na resposta ante anterior. É evidente que todas as carências que ai apontei, geram outras tantas dificuldades. Não ter abastecimento de água e não ter saneamento é não ter condições mínimas de ambiente. Ter PDM há tanto tempo em revisão, não ter planos de pormenor, não ter um PU, é, obviamente, não ter qualidade urbanística, é não ter condições de vida urba-

na de qualidade. Não ter uma única zona industrial digna desse nome é não ter condições mínimas de atracção de novos investimentos e exigir um esforço acrescido aos nossos actuais empreendedores que a actual falta de competitividade das tradicionais economias europeias não comporta. Se não conservamos patrimonialmente a riquíssima herança que uns tantos oliveirenses nos deixaram é não ter história, nem memória e um povo sem história é um povo com um presente muito pobre e com o futuro em perigo.

De que forma é que pensa colaborar com as freguesias do concelho?

Eu sou candidata à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, não sou candidata às suas 19 juntas de freguesia; para estas o PS apresentará candidaturas próprias e credíveis. Com isto quer dizer que terei em relação às juntas de freguesia a atitude oposta àquela que têm vindo a ser posta em prática pelo executivo cessante do PSD que no início deste mandato, cortou 42,5% das transferências que até ai vinha fazendo para as Juntas de freguesia, deixando-as sem capacidade de realizar o mínimo de obra. As juntas de freguesia são quem mais próximo está dos seus fregueses e, portanto, quem maior e melhor percepção tem das suas mais básicas necessidade e, sobretudo, que melhor capacidade tem de lhes dar resposta em tempo útil. Por outro lado, também só assim, os presidentes de Junta poderão ser julgados pelo voto popular no fim dos seus mandatos – por aquilo que podiam fazer e não fizeram e não por aquilo que jamais poderiam ter feito.

E com o Governo?

Em primeiro lugar, é necessário criar uma coisa que, paulatinamente, sob a falta de liderança do PSD se foi perdendo – aquilo a que vulgarmente se chama massa crítica; ou seja, a congregação de um conjunto de vontades de cariz suprapartidário que confira força negocial e potencie o poder reivindicativo da presidente de Câmara. Quanto a mim, nenhum esforço pouparei para reivindicar tudo aquilo que considere justo e necessário para as populações que me elegeram seja qual for o Governo que possa ter como interlocutor.



OPINIÃO



VITOR RAMALHO
Presidente da Federação
de Setúbal

É óbvio que o futuro está na esquerda, ou seja, no socialismo democrático. Mais precisamente, entre nós no PS

A RESPOSTA ESTÁ NA ESQUERDA

O COMUNISMO e o neoliberalismo são o verso e o reverso da mesma concepção.

Fundamentam-se na visão materialista do ser humano.

O comunismo, ao negar a liberdade individual exacerbou a economia e o neoliberalismo fez o contrário, com os mesmos resultados.

Ambos com a mesma lógica.

No comunismo, negando-se o mercado e planificando-se a economia.

No neoliberalismo endeusando-se o mercado e rejeitando-se a planificação.

Hoje sabem-se os resultados.

O comunismo, roído por contradições miseráveis implodiu.

O neoliberalismo acossado por desfazamentos gerados pelo próprio mercado, faliu.

Um fez cair um muro da divisão.

Outro fez cair-nos o tecto da união.

Ambos pretenderam fazer-nos acreditar que a garrafa estava meio-cheia. Ou meio vazia.

O que é verdade é que jamais poderia estar cheia.

Há óbvias consequências dos falhanços em que devemos seriamente meditar.

A primeira delas é que, como se viu, os números não têm alma.

Já nos haviam dito isso por outra forma ao invocarem que as pessoas não são números.

O resultado da falência do neoliberalismo estava nos próprios números se os quiséssemos ler para além das estatísticas.

É que à data do início desta crise, que é estrutural, logo profunda e duradoura, os activos bancários que diariamente nos iam sendo atirados, representavam nada mais nada menos de que 3,5 vezes todo o PIB mundial.

A euforia da engenharia financeira e o endeusamento do mercado em que vivíamos, com a direita a marcar o tom da ganância parecia imparável.

De tal forma que alguns dirigentes que se reclamavam do socialismo democrático, na Europa, com Blair á cabeça, renderam-se aos novos ventos da moda.

Sem cuidar de verem que como qualquer moda aquela também seria passageira. Porque sem consistência para ficar.

A pouco e pouco assistimos á ausência da Internacional Socialista até parecer ter ficado mesmo sem voz.

O que não é nada positivo. E não é porque, como salta á vista desarmada, o futuro, aquele que conjuga a defesa da liberdade individual com a economia e ambas com o mercado regulado pelo Estado, também este prestador de serviços, onde a justa repartição de riqueza, a igualdade de oportunidades, o acesso á justiça e á saúde, a defesa da paz, da segurança e a transparência sejam uma realidade, está no socialismo democrático.

Sucede que este futuro depende de nós e o resultado do combate a travar não está decidido.

A direita, como se vê, consciente disso mesmo exige hoje com um mão aquilo que negava ontem com a outra.

Basta vê-la em azáfama constante a reclamar a intervenção do Estado a cada passo, quando ontem defendia o princípio de que a menos Estado correspondia melhor Estado.

A direita é como os gatos, tem sete fôlegos.

Que não haja ilusão sobre isso.

É óbvio que o futuro está na esquerda, ou seja, no socialismo democrático. Mais precisamente, entre nós no PS.

Parece haver poucas dúvidas na sociedade sobre isso.

É preciso que essas dúvidas se convertam em certezas.

Como sempre defendi, este objectivo depende do aprofundamento que fizemos do nosso ideário, em prol da defesa das causas do socialismo democrático.

Estas são razões bastantes para ter sido primeiro subscritor de uma Moção Sectorial que apresentei ao Congresso, chamando a atenção para a revisão dos nossos Estatutos não é uma questão meramente administrativa nem deve nunca ser vista como tal.

A revisão dos Estatutos é uma questão que está na essência do aprofundamento do quadro do nosso ideário para que os militantes tenham orgulho em pertencem ao PS e não serem apenas filiados nele.

Tanto mais que os partidos são os pilares da democracia e o fortalecimento desta depender, em muito do reforço e da credibilização dos partidos. Daí ao dever do PS contribuir para este objectivo, como partido estruturante da democracia portuguesa.

Os partidos não se confundem com movimentos de cidadãos, necessariamente conjunturais e inorgânicos por natureza.

É pelo reforço dos partidos que se reconstrói o futuro porque os novos desafios do mundo de hoje exigem novas respostas que são ideológicas. E obviamente de esquerda.

Mais 2000 efectivos e novos meios para a PSP e GNR

A PSP e a GNR vão ser reforçadas ao longo deste ano com mais 2000 efectivos, 7000 novas armas e 1000 coletes à prova de bala, anunciou o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, sublinhando que o combate à criminalidade violenta constitui a "primeira prioridade" na área da segurança.

O lançamento dos dois concursos para a admissão de 1000 policiais para a PSP e outros tantos guardas para a GNR durante este ano é uma das medidas que constam da Estratégia de Segurança para 2009, documento que foi apresentado por Rui Pereira.

O ministro da Administração Interna adiantou que os cerca de 2000 novos elementos da PSP e GNR que foram admitidos no ano passado estão a iniciar formação e a partir de Outubro deverão estar no terreno.

Durante este ano vão ser ainda incorporados mais 39 oficiais na GNR e 37 na PSP, adiantou.

Rui Pereira referiu que o Governo vai continuar a "privilegiar o reforço" das forças de segurança no sentido de "enfrentarem a criminalidade violenta", estando previsto, nesse âmbito, a distribuição de 7000 novas armas de nove milímetros e 1000 coletes à prova de bala.

Rui Pereira sublinhou que combater a criminalidade violenta e grave constituiu a "primeira prioridade".

A Estratégia de Segurança para 2009 inclui, também, investimentos, que ascenderão a



25 milhões de euros, em infra-estruturas para a PSP e GNR, estando previsto a conclusão de, pelo menos, 11 novas esquadras ou quartéis.

Outras das medidas anunciadas pelo ministro para este ano passa pela criação, através do Gabinete Coordenador de Segurança, de equipas mistas compostas por elementos das forças e dos serviços de segurança especialmente vocacionadas para prevenir e reprimir fenómenos criminais violentos e graves.

Estas equipas, segundo Rui Pereira, "permitirão aprofundar a articulação e a coordenação entre as forças e os serviços de segurança, possibilitando, além disso, uma luta mais eficaz contra uma criminalidade com elevado grau de mobilidade e versatilidade".

Mais policiamento de proximidade

Para este ano está igualmente prevista a consolidação da reforma da segurança interna, nomeadamente com a entrada em vigor da nova Lei das Armas e

a aprovação da Lei do Sistema Integrado de Informação Criminal, que vai garantir "a partilha de informação entre órgãos de polícia criminal", sublinhou.

O ministro afirmou, também, que a acção das

forças policiais "vai continuar a centrar-se na aposta firme em programas de policiamento de proximidade".

Neste sentido, serão aprofundados os programas orientados para a protecção de vítimas especialmente indefesas, para a segurança de estruturas públicas, como tribunais, escolas e hospitais, e para o controlo de fontes de perigo, sobretudo as armas.

A articulação entre a GNR e a PSP e as empresas de segurança privada vai ser "aprofundada" através da "gestão de alertas e da interconexão a centrais de alarme", disse Rui Pereira, adiantando que nas zonas de risco vai ser "intensificado" o patrulhamento com recurso às unidades especiais das forças de segurança.

O Ministério da Administração Interna vai também lançar um programa contra a delinquência juvenil para "prevenir e dissuadir precocemente o início de carreiras criminosas" e orientado para "combater a violência, a incivilidade e o vandalismo em grupo, sobretudo nas grandes áreas urbanas".

Reforçado investimento no porto de Aveiro

O PRIMEIRO-MINISTRO deslocou-se a Aveiro para presidir á cerimónia de apresentação de um importante conjunto de investimentos a desenvolver no porto daquela cidade.

Os investimentos, alguns deles já em curso, incluem a ligação à rede ferroviária, novos terminais de granéis sólidos e líquidos, novos acessos, terceira fase da Cintura Portuária e um novo canal, num total de 170 milhões de euros.

Na ocasião o primeiro-ministro inaugurou ainda a plataforma logística de Cacia, tendo anunciado que o investimento que o Governo empreendeu no porto de Aveiro, permitiu, desde já, e nesta primeira fase, "e ao contrário do que está a suceder na generalidade dos portos europeus", o aumento de 6% da sua actividade.

Para o chefe do Executivo

o investimento público, é "a única resposta que o Estado está em condições de dar face à crise económica e financeira internacional".

Um pouco por todo o mundo, acentuou, é a fórmula que a esmagadora maioria dos governos está a seguir, procurando assim "encontrar as soluções e os projectos que melhor possam responder às necessidades da economia e do emprego".

"Há aqui uma questão de atitude", disse, assumindo que a única maneira de responder às dificuldades não é voltar as costas aos obstáculos esperando que a crise passe ou que o tempo apague as contrariedades, mas antes "cerrar os dentes e enfrentá-las".

Não com "optimismos estouvados", frisou, mas com determinação, porque "nunca vi o pessimismo nem o desânimo

criar um posto de trabalho".

Esta cerimónia foi ainda pretexto para que o Governo assinasse com diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) cerca de 150 contratos para a criação de postos de trabalho no sector da assistência social, acordos que foram estabelecidos o âmbito do programa "Iniciativa Emprego 2009".

Sócrates aproveitou a ocasião para enaltecer a rápida resposta das instituições de solidariedade às políticas de criação de emprego, recordando a este propósito que o investimento público em equipamentos sociais passou de 19 milhões de euros em 2004 para uma média anual de mais de 120 milhões de euros, o que em sua opinião demonstra que o Governo "tem sabido responder de forma positiva às exigências implantando uma nova geração de políticas sociais". R.S.A.

Elisa Ferreira, candidata à Câmara

“Um Porto forte por dentro e virado para fora”

Determinada em enfrentar com entusiasmo e sucesso aquele que descreve como o maior desafio da sua vida política, Elisa Ferreira garante que tem para apresentar aos portuenses um programa vencedor e uma estratégia mobilizadora radicalmente diferente da que tem vindo a ser prosseguida na segunda cidade do país.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a candidata à presidência da Câmara Municipal do Porto traça os dos objectivos fundamentais de um futuro Executivo autárquico sob a sua liderança, sublinha a importância da sólida relação de confiança que mantém com o Partido Socialista, refere o trabalho que está a desenvolver no Parlamento Europeu e defende convictamente a redinamização do Norte como essencial para o relançamento do todo nacional.

Quer falar-nos um pouco do trabalho que está a desenvolver no Parlamento Europeu?

É verdade que, felizmente, o meu trabalho no Parlamento Europeu tem sido bem sucedido e me tem permitido lutar por aquilo que acredito serem interesses relevantes do Norte de Portugal e, por consequência, também do país. Entre as diversas áreas em que trabalhei, destacaria dois combates: contra o excessivo liberalismo europeu em face das importações sem regras de países de baixo custo (China, Índia, etc.), assim contribuindo para provocar falência de empresas e desemprego, e contra a desregulação nos mercados financeiros, a qual contribuiu para nos levar à enorme crise mundial que estamos a viver.

Acabei por ser eleita, pelos deputados socialistas de todos os países europeus, porta-voz (“coordenadora”) para os assuntos económicos e monetários e, nesse quadro, por ser a relatora do parecer do Parlamento Europeu sobre o Programa de Relançamento Económico apresentado por Durão Barroso; tal permitiu-me, com a forte cumplicidade de todos os socialistas e nesta fase de procura de vias para um relançamento, recolocar na agenda questões que, nos últimos anos, andaram muito esquecidas na União Europeia, como sejam a solidariedade regional e social europeia e o objectivo central de voltarmos a dar prioridade à criação de emprego.

Face a esse excelente trabalho, por que razão aceitou o desafio de ser candidata à presidência da Câmara Municipal do Porto pelo PS?

Concorro, de facto, numa base de sólida aliança com o PS e na sequência de muitos anos de frutuoso entendimento, nomeadamente enquanto ministra – estive seis anos nos governos socialistas

liderados por António Guterres – e deputada na Assembleia da República. Foi-me agora dado, pelos vários órgãos próprios do PS, um voto de confiança que me permite apresentar à cidade um programa vencedor, através de um pacto com todos os cidadãos que gostam do Porto e que entendem que o país não pode viver sem o dinamismo e a força da sua segunda cidade. Não podia recusar! Pelo contrário, este é, tenho-o dito, o maior desafio da minha vida política, um desafio que eu aceito com o maior orgulho e entusiasmo!

Confia, portanto, nas suas capacidades e na força do PS para derrotar o actual presidente? Já começou o trabalho de congregar em seu redor personalidades independentes e forças sociais e culturais da cidade?

Confio que tenho experiência e provas dadas suficientes na minha já longa carreira – antes das funções políticas atrás referidas, fui professora na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (o que continuo a ser), vice-presidente na Comissão de Coordenação Regional do Norte e responsável pela Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, vice-presidente executiva na Associação Empresarial de Portugal, entre diversos outros lugares e assessorias – para merecer confiança, quer do PS quer dos portuenses.

Dito isto, também sei que, politicamente, só um PS unido em torno de uma candidatura que se apresenta aos portuenses como séria, competente, mobilizadora e aberta pode garantir a vitória. Esta união com o PS é um factor absolutamente fundamental para que o Porto possa reencontrar o seu destino.

Esta força de mudança já começou a ser sentida pelos portuenses e a adesão emocionada e entusiástica



à apresentação da minha candidatura, no passado dia 19 de Fevereiro, foi uma manifestação muito importante da força e extensão com que os cidadãos do Porto estão a reagir à nossa proposta.

Que balanço faz da actuação do Executivo municipal portuense nos últimos oito anos? Os dois últimos mandatos autárquicos foram tempo perdido numa visão paroquial de uma cidade conhecida pelo seu cosmopolitismo?

As palavras são suas. Tenho procurado não me afirmar pela crítica do modelo actual, mas antes pela apresentação de um projecto radicalmente distinto, quer nos seus objectivos quer nos métodos de trabalho. Um Porto forte por dentro e virado para fora, capaz de mobilizar as dinâmicas que o atravessam, como também de ajudar a potenciar as da sua Área Metropolitana e da Região Norte e, assim, as da Região Centro, da Galiza e do país em geral – um Porto cosmopolita, empreendedor e dinâmico, portanto. Sendo certo que a solidez interna do Porto só se consegue trabalhando, numa lógica de rede, com as pessoas e para as pessoas; o que significa, necessariamente também, relevar o combate a todas as formas de marginalização e exclusão presentes e agravadas no contexto da actual crise.

Quais são, na sua opinião, os principais problemas que afectam o concelho do Porto e os seus municípios? Sob a sua liderança, quais as áreas prioritárias em

que a Câmara actuará?

A minha actuação será pautada por três objectivos fundamentais: combater o desemprego, relançar o emprego (nomeadamente de qualidade) e fomentar a iniciativa; atacar os estrangulamentos do mercado de habitação, designadamente visando torná-lo acessível a quem queira viver no Porto; melhorar substancialmente a qualidade de vida na cidade, aos seus mais variados níveis.

Em declarações públicas recentes, afirmou ser preciso reconquistar para o Porto a sua centralidade regional e nacional. Como pretende atingir este desiderato se for eleita presidente da autarquia portuense?

O Norte tem sido tradicionalmente o motor produtivo do país, sobretudo no que respeita à iniciativa privada e às indústrias com perfil exportador. O Porto é e tem de continuar a ser o coração desta dinâmica. Conto que o programa que irei apresentar seja exactamente interpretado neste sentido, quer pelos actores locais quer pelo Governo: a redinamização do Norte é absolutamente essencial ao relançamento do país.

Qual a estratégia política que irá desenvolver na Câmara para promover a efectiva competitividade económica e devolver a centralidade cultural ao Porto?

Como disse atrás, a minha estratégia passa por uma visão completamente diversa do papel de um executivo autárquico. Há que dar um sentido às energias de todo o tipo que existem espalhadas pela cidade aos mais diversos níveis, da sua Universidade, dos seus empresários, dos seus jovens, dos seus agentes culturais, sociais e desportivos. O que implica uma Câmara permanentemente aberta, motivadora e mobilizadora, capaz de redinamizar a economia e de criar emprego, de catalizar pólos de atracção e retenção de pessoas e de melhorar qualitativamente as condições de vida e lazer de quem trabalha e vive na cidade.

Por ocasião da apresentação

pública da sua candidatura referiu-se à realização de um conjunto de debates temáticos com a população e especialistas. Que contributo espera desses encontros para a elaboração do seu Programa Eleitoral Autárquico?

Tenho dito que ninguém faz nada sozinho e tenho consciência de que esse é também, obviamente, o meu caso. O apoio de todos, aos mais diversos níveis, é essencial. Tenho ouvido e continuarei a ouvir o mais que puder, desde os cidadãos e associações menos visíveis aos nomes mais reputados e tenho pedido opiniões e relatórios a muitos dos especialistas mais competentes. Tenho ideias claras sobre o que interessa à cidade, mas é importante testar a respectiva viabilidade e aceitação social. O programa de acção nunca pode ser um programa imposto, antes terá de ser um programa participativo e em que a maioria dos cidadãos se reveja e pelo qual se mobilize.

Ganhar de novo o Porto é muito importante para o PS. Acha que o discurso político no feminino pode ajudar a conseguir este objectivo?

Não sei se encarno um discurso político no feminino, sei sim que sou mulher e que tenho uma especial sensibilidade aos problemas das mulheres e das mães. Note-se que o olhar feminino é por definição distinto do dos homens e, a meu ver, tem de ser pela síntese entre estas duas ópticas que se encontra o melhor para uma sociedade. As mulheres são tradicionalmente sub-representadas em lugares de decisão, apesar de serem a maioria dos cidadãos. Sei que fazer do Porto uma cidade melhor e com mais e melhor emprego para os nossos filhos é algo que, mobilizando todos os portuenses, cala particularmente fundo no coração das mulheres. Nesse sentido, procurarei dar o meu melhor para interpretar o que as mulheres sentem e querem num mundo em que quase tudo, do mais macro ao mais ínfimo detalhe, tem ainda demasiado dedo masculino.

Como encara a possibilidade de, pela primeira vez, o Porto ter uma mulher como sua presidente?

Antes de mais, como uma honra. Depois, como algo que poderá ser essencial à lógica de mudança que gostaria de imprimir ao meu projecto. É por isso também que o meu compromisso não se limitará ao mero cumprimento da lei da paridade de géneros. Tudo farei para ser a líder de uma lista de absoluta igualdade nesse domínio.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

REGIONALIZAÇÃO

A INCLUSÃO na moção apresentada por José Sócrates ao Congresso do PS dum compromisso com a realização dum referendo para criar cinco regiões administrativas na próxima legislatura e a apresentação duma moção sectorial sobre o tema, lançou de novo na sociedade portuguesa o debate fecundo sobre a regionalização administrativa.

Um debate que ocorre num tempo de novos desafios para Portugal, para o mundo e para cada um de nós. Acredito que muitos portugueses se interroguem neste momento se faz sentido, em conjuntura de incerteza, promover a descentralização? Perguntarão se não seria preferível face à turbulência, concentrar esforços e centralizar ainda mais o comando dos destinos do país?

“Descentralizar significa multiplicar redes criativas de resposta aos novos problemas”

Na matriz económica e social tradicional estas questões seriam pertinentes e de resposta complexa. Na economia emergente no entanto, a descentralização continua a ser o caminho adequado, não apenas porque os tempos são de crise, mas também por isso.

Na nova economia global, a diversidade criativa é o mais valioso activo que os territórios têm para vencer. Descentralizar significa multiplicar redes criativas de resposta aos novos problemas. Nos dias de hoje, mais ainda do que no passado, a regionalização não é uma distribuição avulsa de poder, mas um processo de repartição responsável dos instrumentos com que cada um de nós tem a obrigação de cooperar para vencer as dificuldades.

Portugal entra no século XXI com boas perspectivas de desenvolvimento e mudança de patamar competitivo. Não está no entanto, como não está ninguém nem nenhum território em todo o globo, imune aos impactos da crise mundial.

As respostas à crise dum partido que se assume como uma referência de modernidade, devem ter na participação e na cidadania activa um forte esteio. A regionalização serena e ponderada é uma reforma em linha com a visão e a acção que têm feito do PS a força de mudança que os portugueses reconhecem e maioritariamente apoiam.

Fernanda Asseiceira apresenta candidatura à Câmara de Alcanena

O DIA Internacional da Mulher foi o escolhido para a deputada socialista, Fernanda Asseiceira apresentar a sua candidatura à Câmara de Alcanena. Numa sessão muito participada por militantes, destaque para as presenças de dirigentes nacionais como o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, a secretária de Estado da Reabilitação Social, Idália Moniz, o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, bem como os deputados Sónia Sanfona e Nuno Antão, o vice-presidente da Federação, Rosa do Céu, além de numerosos autarcas da região.

Na sua intervenção, Fernanda Asseiceira elegeu o desenvolvimento económico, o ambiente e as questões sociais como as suas prioridades à frente da autarquia.

“Queremos um concelho empreendedor, por isso dinamizaremos e diversificaremos a actividade empresarial, queremos um con-



celho solidário e coeso, por isso desenvolveremos uma rede social mais eficaz, queremos um concelho educador e qualificado, por isso assumiremos mais responsabilidades na educação e formação ao longo da vida, e queremos um concelho que valoriza o seu pa-

trimónio cultural e natural, por isso preservaremos e dinamizaremos equipamentos e estabeleceremos parcerias”, disse.

Asseiceira apelou ainda à mobilização dos militantes, afirmando que quer “um projecto autárquico participado”, mostrando-se confiante de que “juntos vamos merecer ganhar as autárquicas”.

Já o ministro e dirigente nacional do PS, Augusto Santos Silva, elogiou o trabalho da deputada e destacou “o seu empenho nas causas em que se empenha”.

Por sua vez, o vice-presidente da Federação de Santarém, Rosa do Céu, considerou que Fernanda Asseiceira é “a melhor candidata”, lembrando a importância do seu trabalho no Parlamento, onde é “uma brilhante deputada”. **J. C. B.**

OPINIÃO

**MANUELA AUGUSTO**
Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

“As mulheres terão também de encabeçar muitas dessas mesmas listas, porque os lugares de topo não são reservados apenas aos homens, como se está a constatar à medida que se vão conhecendo os candidatos e candidatas do PS às autarquias”

A PROPÓSITO DO DIA 8 DE MARÇO

INVARIAVELMENTE, a propósito do dia 8 de Março, muitas pessoas questionam o facto de se persistir em assinalar o Dia Internacional da Mulher.

A verdade é que, não raras vezes, tropeçamos no mesmo erro que advém de uma avaliação sustentada numa micro-realidade, aquela em que não detectamos quaisquer sinais de discriminação das mulheres. O mundo, tal qual nos entra pelo ecrã televisivo, vai amolecendo a nossa capacidade de indignação, em face de tantos e constantes atropelos aos mais elementares direitos humanos.

Esquecemos todos os lugares onde as mulheres, tão longe de serem cidadãs e terem direito a votar, podem ser apedrejadas até à morte, por “desonrarem a família”, onde são abandonadas porque engravidaram ao ser violadas, onde a sua identidade é amortilhada por sinistros panos. Esquecemos os milhões de meninas que não vão à escola, as que são vendidas para serem prostituídas, as que são traficadas, as que sofrem os horrores da mutilação genital feminina.

Tão pouco temos presentes os números da enorme pobreza que afecta na grande maioria as mulheres e os filhos que não conseguem alimentar, os dos maus-tratos, os das violações a coberto do estado de guerra.

Não raras vezes, também gostamos de acreditar que tudo se passa longe da Europa, esse continente tido como o berço da democracia.

A verdade é que, de facto, nos países da União Europeia, a preocupação com a igualdade entre mulheres e homens

está em cima da mesa há vários anos e as muitas directivas já em execução provocaram mudanças drásticas a vários níveis, com visíveis repercussões nos comportamentos e até na mudança de mentalidades.

Em Portugal, é inegável, visto que facilmente passível de comprovação, que os grandes avanços em matéria de políticas de igualdade de género se ficam a dever ao Partido Socialista, detentor de um vasto legado de medidas, acções, leis e artigos constitucionais que já fizeram história.

Acredito que todas e todos temos consciência disso, como também sabemos que algumas formas de discriminação são históricas e persistentes, pelo que não poderemos baixar as guardas, na certeza de que a construção da democracia é um processo contínuo e de resistência, que requer a nossa permanente atenção, o nosso esforço e a genuína vontade de contribuir para o seu aperfeiçoamento.

A participação das mulheres na vida política é um desses exemplos paradigmáticos. Ao criar a Lei da Paridade, contribuímos para que a prática já por nós testada seja imposta aos outros partidos. A inclusão das mulheres na vida política é indissociável da qualidade da democracia.

Mas essa inclusão não será efectiva se a paridade não se verificar também nos processos de tomada de decisão e na gestão. A presença equilibrada de mulheres e homens nos conselhos de administração das empresas públicas, nas direcções-gerais, na hierarquia de topo das mais diversas organizações, se-

jam elas políticas, económicas, sociais, culturais, tem que passar a ser a normalidade, a regra e não a excepção!

Neste ano de quase todas as eleições, o Partido Socialista vai estar debaixo do escrutínio de todos quantos estiveram contra a lei da paridade, ou a desvalorizaram. E, de entre todas, as eleições autárquicas serão com certeza as mais observadas, já que vão requerer o envolvimento do maior número de mulheres que alguma vez foram incluídas nas listas para as assembleias de freguesia ou municipais e para os municípios.

Mas as mulheres terão também de encabeçar muitas dessas mesmas listas, porque os lugares de topo na decisão não são reservados apenas aos homens, como aliás se está a constatar dia após dia, à medida que se vão conhecendo os candidatos e candidatas do Partido Socialista às autarquias. Por todo o país surgem mulheres candidatas às câmaras municipais e às juntas de freguesia. Aos poucos, vamos conhecendo-lhes os rostos, os nomes, a determinação com que apresentam os seus projectos.

Esta é uma realidade nova, pelo número de candidatas, pela visibilidade que está a ser dada ao tão propalado mérito que às mulheres constantemente se vem pedindo.

Mais uma vez, o nosso partido estará a dar as cartas e a afirmar-se na construção da sociedade que reivindicamos de parceiros iguais, em que as responsabilidades também na tomada de decisão sejam partilhadas de forma equilibrada por mulheres e por homens.

Que cada um de nós continue a saber fazer a sua parte.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Accção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>